



Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado

Unidade: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE GOVERNADOR VALADARES - PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR VALADARES

Município: GOVERNADOR VALADARES/MG



Sumário

I - DADOS BÁSICOS	3
II - IDENTIFICAÇÃO DOS DIRIGENTES	3
III - INTRODUÇÃO	4
IV - METODOLOGIA	5
V - CONSTATAÇÕES	6
VI - RESULTADO DA DENÚNCIA	32
VII - CADASTRO DA NOTIFICAÇÃO	33
VIII - REGISTRO FINAL SOBRE A NOTIFICAÇÃO	34
IX - CONCLUSÃO	34
X - FOLHA DE ASSINATURA	37
XI - ANEXOS	38





SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



I - DADOS BÁSICOS

Finalidade: Auditoria Especial

Entidade Responsável: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE GOVERNADOR VALADARES - PREFEITURA
MUNICIPAL DE GOVERNADOR VALADARES

CPF/CNPJ: 20.622.890/0001-80

Município/UF: GOVERNADOR VALADARES-MG

Unidade Visitada: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE GOVERNADOR VALADARES - PREFEITURA MUNICIPAL DE
GOVERNADOR VALADARES

CPF/CNPJ: 20.622.890/0001-80

Município/UF: GOVERNADOR VALADARES/MG

Demandante: Setores Externos da SES

Forma: Direta

Objeto: Assistência- geral

Abrangência: janeiro/2018 a dezembro/2019

Gestão do Prestador: Plena

Fase(s):

Tipo da Fase	Data Início	Data Término
Analítica	03/02/2020	06/03/2020
Execução - In loco	09/03/2020	13/03/2020
Relatório	16/03/2020	29/05/2020
Execução - In loco	21/06/2021	25/06/2021
Relatório	28/06/2021	06/07/2021

Tarefa Nº: 108632

Natureza da Entidade: Municipal

II - IDENTIFICAÇÃO DOS DIRIGENTES

III - INTRODUÇÃO

FATOR DESENCADEANTE

Trata-se de demanda de auditoria especial enviada à Assessoria de Auditoria Assistencial da Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais (AUDSUS/SES-MG), pelo Gabinete da SES-MG, via SEI nº 1520.01.0005165/2019-56, contendo o Ofício CGE/GAB nº 459/2019, de 12/08/2019, da Controladoria Geral do Estado, que encaminhava, para conhecimento e providências, denúncia de cidadão nº 19061209575, feita à Ouvidoria Geral do Estado. Essa demanda se refere a possíveis irregularidades de desvio de recursos do Sistema Único de Saúde (SUS), no Hospital Bom Samaritano do Município de Governador Valadares e seus serviços terceirizados/vinculados.

OBJETIVO E ESCOPO DA AUDITORIA

Realizar auditoria na Secretaria Municipal de Saúde (SMS) de Governador Valadares com visita aos prestadores Hospital Bom Samaritano e serviços terceirizados/vinculados ao nosocômio (Laboratório Examinare e Instituto de Nefrologia Hospital Bom Samaritano), a fim de apurar denúncia de cidadão.

Na Secretaria Municipal de Saúde de Governador Valadares, a auditoria teve os objetivos abaixo descritos, a serem avaliados no período de abrangência de janeiro de 2018 a dezembro de 2019:

1. Avaliar se a SMS de Governador Valadares realiza ações de controle, avaliação e auditoria da execução dos procedimentos ambulatoriais e hospitalares realizados pelo Hospital Bom Samaritano;
2. Avaliar se a SMS de Governador Valadares fiscaliza o uso dos recursos financeiros do Fundo Estadual de Saúde repassados ao Hospital Bom Samaritano, referentes aos Programas Rede Resposta e Pro-Hosp.



CARACTERIZAÇÃO DO OBJETO DE AUDITORIA

O Município de Governador Valadares localiza-se na mesorregião Vale do Rio Doce do Estado de Minas Gerais. Foi emancipado em 1937 e possui uma área de 2357,07 km². De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a população estimada do Município para o ano de 2019 era de 279.885 habitantes. O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de Governador Valadares é de 0,727, o que situa esse Município na faixa de desenvolvimento humano alto (Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil/2013).

Governador Valadares é o Município polo da Microrregião de Saúde de Governador Valadares/MG e da Macrorregião Leste, sendo esta macrorregião responsável pela assistência de média e alta complexidade de 51 municípios (Plano Diretor de Regionalização – PDR/MG, 2019). De acordo com relatórios do Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES), a Rede Assistencial do SUS do Município de Governador Valadares conta com 146 estabelecimentos, sendo que entre estes estão os da rede hospitalar, que é composta por cinco instituições, a saber: Hospital Bom Samaritano, Hospital Municipal, Hospital Nossa Senhora das Graças, Hospital São Lucas e Hospital São Vicente de Paulo.

A SMS de Governador Valadares possui o Termo de Convênio nº 017/2019, firmado com o Hospital Bom Samaritano, em 21/10/2019, para realização de serviços, ações e atividades de saúde, no âmbito do Programa de Reestruturação e Contratualização dos Hospitais Filantrópicos no SUS. No momento da segunda auditoria operativa no Município (junho/2021), estava em vigor o Primeiro Termo Aditivo a esse Contrato, com vigência até 20/10/2021. Anteriormente, esse estabelecimento havia sido contratado pelo Termo de Convênio nº 015/20017, de 19/07/2017, que teve sua vigência prorrogada pelo Primeiro Termo Aditivo ao Convênio nº 015/2017, assinado em 19/07/2018.

Possui o Contrato nº 133/2018, assinado com o Instituto de Nefrologia Vale do Rio Doce LTDA, em 15/08/2018, para prestação de serviços de hemodiálise, conforme critérios do SUS. No momento da segunda auditoria operativa, estava em vigor o Segundo Termo Aditivo ao Contrato nº 133/2018, com vigência até 15/08/2021. Antes, havia sido firmado o Contrato nº 160/2013, assinado em 30/09/2013, com vigência prorrogada até 29/09/2018 (por meio do Quinto Termo Aditivo ao Contrato).



Possui o Contrato nº 032/2021, assinado com a Consultoria Médica em Patologia Cirúrgica e Citopatologia Ltda-ME - Examinare em 22/02/2021, com vigência de 12 meses, a partir da assinatura, podendo ser prorrogado até o limite de 60 meses. Anteriormente, a SMS também possuía o Contrato nº 134/2015, com este estabelecimento, tendo sido assinado em 20/10/2015, com vigência prorrogada, por meio do Quinto Termo Aditivo até 20/02/2021. Esses contratos regem a prestação, de forma continuada, dos serviços de assistência em saúde em especialidades constantes na Tabela do SIA/SUS, nos limites financeiros fixados pelo Departamento de Controle, Avaliação e Auditoria da SMS de Governador Valadares e em conformidade com a oferta de serviços da contratada.

IV - METODOLOGIA

FASE ANALÍTICA

1.1. Para subsidiar a fase operativa da auditoria foram analisados os seguintes documentos:

- Documentos que compõem o processo desta auditoria - SEI nº 1320.01.0112292/2019-49;
- Relatório do Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil/2013 – Governador Valadares/MG;
- Relatórios do CNES, extraídos em 09/01/2020;
- Relatórios de produção referentes ao Sistema de Informações Ambulatoriais do SUS (SIA/SUS) e ao Sistema de Informações Hospitalares do SUS (SIH/SUS), extraídos do TABWIN, nos dias 29/01/2020, 05/02/2020, 06/02/2020 e 06/03/2020;
- Relatórios de Auditorias realizadas pela SES-MG, referentes à atividade 541, extraídos do Sistema Informatizado de Auditoria do SUS (SISAUD), em 08/01/2020;
- Termo de Compromisso nº 315/5233 que entre si celebram o Estado de Minas Gerais, por intermédio da Secretaria de Estado de Saúde, e o Município de Governador Valadares, por intermédio de sua Secretaria Municipal de Saúde/Fundo Municipal de Saúde (e seus Termos Aditivos), referente ao Programa Estadual Rede Resposta, assinado em 12/12/2016, com vigência de 60 (sessenta) meses;
- Termo de Compromisso nº 315/5737 que entre si celebram o Estado de Minas Gerais, por intermédio da Secretaria de Estado de Saúde, e o Município de Governador Valadares, por intermédio de sua Secretaria Municipal de Saúde/Fundo Municipal de Saúde (e seus Termos Aditivos), referente ao Programa Estadual Pro-Hosp, assinado em 31/07/2017, com vigência de 60 (sessenta) meses.

1.2 Visando sistematizar a obtenção e o tratamento das informações da auditoria foram elaborados e validados dois instrumentos, a saber: a Matriz de Coleta de Informações e a Matriz de Análise de Informações. A primeira indica as informações requeridas pela auditoria, onde podem ser obtidas (fonte) e por meio de qual procedimento de coleta. Já a segunda indica, por meio dos procedimentos descritos, como as informações serão tratadas, visando revelar a situação real do objeto e compará-la à situação ideal (critério). Essa comparação permite confirmar ou não possíveis constatações e, assim, responder às questões de auditoria.

1.3. Para subsidiar nova fase analítica de auditoria foi solicitada à SMS de Governador Valadares, documentação complementar, por meio do Ofício SES/AUDSUS nº 403/2020, de 10/09/2020. Os documentos (abaixo descritos) foram enviados à equipe de auditoria, em 29/09/2020, por meio do Ofício 884/2020/DCAA/SMS/GV:

- Lista atualizada de Autorizadores de APAC, com os respectivos vínculos funcionais e nomes dos estabelecimentos que os mesmos são responsáveis pelas autorizações;
- Ato de designação dos profissionais responsáveis pela autorização de APAC;
- Relatórios de monitoramento e fiscalização da execução dos procedimentos ambulatoriais (hemodiálise, quimioterapia, radioterapia, tomografia, ressonância magnética e exames anatomopatológicos), realizados no Hospital Bom Samaritano, no Instituto de Nefrologia Hospital Bom Samaritano e no Laboratório Examinare, no ano de 2019.

FASE OPERATIVA DA AUDITORIA

A auditoria operativa foi realizada no período de 09 a 12/03/2020. A equipe de auditores da SES-MG apresentou-se no Departamento de



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



Controle, Avaliação e Auditoria (DCAA) da Secretaria Municipal de Saúde de Governador Valadares às 16h30min do dia 09/03/2020 e realizou uma reunião visando explicar o objetivo da auditoria e conferir a documentação solicitada, por meio do Ofício SES/AUDSUS Nº 115/2020, de 27/02/2020 (Comunicação de Auditoria). Essa reunião contou com a presença da equipe de auditores, bem como da Secretária Adjunta de Saúde (Sra. E.G.O.L.) - que representou o Secretário Municipal de Saúde - e da Diretora do DCAA (Sra. M.R.B.M.S.).

As atividades da fase operativa ocorreram na sede do DCAA, bem como na sede do Hospital Bom Samaritano (diante da necessidade de coletar informações referentes à demanda desta auditoria). Tais atividades consistiram na avaliação de documentos (sendo alguns copiados para análises posteriores) e na realização de entrevistas com profissionais da SMS.

A reunião de encerramento dos trabalhos de auditoria ocorreu no DCAA, no dia 12/03/2020, às 14h00min e contou com a presença da equipe de auditores, da Secretária Adjunta de Saúde e da Diretora do DCAA.

Ocorreu uma segunda fase operativa da auditoria, no período de 21 a 24/06/2021. A equipe de auditores da SES-MG apresentou-se no DCAA da SMS de Governador Valadares às 15h00min do dia 21/06/2021 e realizou uma reunião visando explicar o objetivo da nova fase operativa. Essa reunião contou com a presença da equipe de auditores, bem como da Secretária Municipal de Saúde (Sra. C.M.S.) e da Diretora do DCAA (Sra. M.R.B.M.S.).

As atividades da auditoria referentes à SMS ocorreram na sede do DCAA e consistiram na avaliação de documentos (sendo alguns copiados para análises posteriores) e na realização de entrevistas com profissionais da SMS.

A reunião de encerramento dos trabalhos de auditoria ocorreu no DCAA, no dia 24/06/2021, às 15h00min e contou com a presença da equipe de auditores, da Secretária Municipal de Saúde (Sra. C.M.S.), da Diretora do DCAA (Sra. M.R.B.M.S.), do Procurador Geral do Município (Sr. E.S.), da Procuradora Adjunta (Sra. A.C.D.) e do Consultor do Gabinete do Prefeito (Sr. M.F.).

LIMITAÇÃO

Não houve.

V - CONSTATAÇÕES

Grupo: Recursos Financeiros

Constatação Nº: 599527

Subgrupo: Fundo de Saúde

Item: Gerenciamento

Constatação: A SMS de Governador Valadares não fiscalizou o uso dos recursos financeiros estaduais de Incentivo ao Programa Rede Resposta repassados ao Hospital Bom Samaritano, no período de janeiro de 2018 a dezembro de 2019.

Evidência: Mediante análise da documentação financeira de 2018 e 2019, constatou-se que a SMS de Governador Valadares não fiscalizou o uso dos recursos financeiros provenientes do Fundo Estadual de Saúde de Incentivo ao Programa Rede Resposta, que foram repassados ao Hospital Bom Samaritano no período. Esse incentivo tem como finalidade custear as equipes de Urgência e Emergência nos hospitais prestadores de serviço.

* Tal fato está em desacordo com o Termo de Compromisso nº 315/5233, Cláusula Segunda - Das Obrigações - I Ao Município/SMS, alíneas g, h, q, r e y; com o Decreto Estadual nº 45.468/2010, art. 1º e 12 e com a Resolução SES MG nº 4.606 de 17/12/2014, art.1º, art.3º parágrafo 1º e 2º, art.14, parágrafo único.

Fonte da Evidência: - Termo de Visita da Auditoria nº 617, datado de 12/03/2020;
- Cópia do Termo de Compromisso nº 315/5233 celebrado entre a Secretaria Estadual de Saúde de Minas Gerais e o Município de Governador Valadares, assinado em 12/12/2016.

Conformidade: Não Conforme

Justificativa: Justificativa 1- Por meio do Ofício nº 005/2022/GAB/SMS, datado de 04/01/2022, a SMS de Governador Valadares (pessoa jurídica) se manifestou da seguinte forma: Preliminarmente esclarecemos que o procedimento de auditoria se deu por amostragem de processos, sendo que não podemos afirmar não ter havido fiscalização por parte da SMS em face das



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



inconformidades constatadas, até mesmo porque houve processos auditados e que estavam conformes em destaque no próprio relatório da auditoria realizada. A Secretaria Municipal de Saúde é o Órgão do Poder Executivo encarregado de executar as políticas públicas de Saúde, aplicando os recursos disponibilizados em conformidade com as normas que regem o assunto e, as diretrizes expedidas pelos entes descentralizadores, que também compõem o Sistema Único de Saúde - SUS. Existe na Secretaria Municipal de Saúde - SMS, instituído em norma desde o ano de 2001, conforme a Lei Orgânica Municipal (Lei Nº 4.940, de 21 de dezembro de 2001, que dispõe sobre a estrutura orgânica da Prefeitura Municipal de Governador Valadares/MG, alterada pela Lei Complementar Nº 170, de 29 de janeiro de 2014), o Departamento de Controle Avaliação e Auditoria (DCAA) que foi efetivamente instituído/instalado no ano de 2014, o qual é o setor responsável por auditar as contas de faturamento dos prestadores de serviços do SUS. Ao DCAA compete, conforme ordenamento:

"I planejar, coordenar e executar as atividades de controle, avaliação e auditoria da prestação de serviços de saúde no Município;

II organizar e manter atualizado o cadastro de unidades prestadoras de serviços de saúde, incluindo as unidades próprias e as unidades contratadas ou conveniadas com o Sistema Único de Saúde - SUS, e informar regularmente o banco de dados nacional;

III executar as ações de auditoria analítica e operacional sobre as unidades prestadoras de serviços de saúde e propor medidas corretivas;

IV controlar os procedimentos técnicos e administrativos prévios à realização de serviços e a ordenação dos respectivos pagamentos visando garantir a autorização de internações e procedimentos ambulatoriais;

V monitorar, permanentemente, a regularidade e fidedignidade dos registros de produção e de faturamento dos serviços;

VI avaliar o cumprimento das ações programadas e elaborar o Relatório de Gestão Anual conforme orientação do Ministério da Saúde".

Mesmo em face das atribuições acima destacadas, chegou ao nosso conhecimento e, pelo tempo que estamos à frente da gestão desta SMS, que o referido departamento só começou a ser mais bem estruturado em suas funções, com a ampliação do seu escopo de trabalho e atuação em conformidade com as normas de regulação dos serviços públicos de saúde, no ano de 2019, o que pode ter contribuído significativamente para uma deficiência nos trabalhos de auditoria e fiscalização dos faturamentos dos prestadores de serviços do SUS no período que antecedeu aquele referido ano, incluindo o prestador auditado (Hospital Bom Samaritano).

Em que pese a deficiência acima destacada, cabe ressaltar que ainda nos dias de hoje existem divergências de interpretações com relação às AIH, mormente naquilo que se refere as AIH subsequentes, sendo que sob a ótica do Estado são aceitas no SUSFÁCIL e não são aceitas pelo Ministério da Saúde. Como a execução das prestações dos serviços de saúde ocorre na ponta da linha nos municípios, há que se destacar, ainda nos dias de hoje, a não pacificação definitiva deste tema na atenção terciária. As equipes de auditoria devem ser a nosso ver, devidamente capacitadas/treinadas sob esta temática em epígrafe, haja vista situação em que os prestadores não concordam com a sistemática de auditoria adotada, trazendo como consequência deficiência na qualidade dos atendimentos.

Justificativa 2- Por meio de Documento S/N, datado de 07/02/2022, o Sr. E.C.D.J.(pessoa física) se manifestou da seguinte forma:

Como Gestor da Secretaria Municipal de Saúde de Governador Valadares no período de 28/01/2019 a 04/04/2020, o Programa Rede Resposta já estava em funcionamento e este sendo acompanhado pelo Estado e pela SMS/GV quanto às metas qualitativas e quantitativas e financeiras através do Sistema GEICOM.

O Prestador Hospital Bom Samaritano foi acompanhando em suas metas conforme estabelecido pelos instrumentos de Contratualização, nos moldes estabelecidos pelo Ministério da Saúde, Convênios de número 015/2017 e 017/2019, firmados entre a Secretaria Municipal de Saúde e a Beneficência Social Bom Samaritano.

O prestador sempre apresentou os relatórios quadrimestrais de execução dos respectivos convênios à SMS/GV.

A RESOLUÇÃO SES Nº 2.607 DE 7 DE DEZEMBRO DE 2010, que aprova as normas gerais para implantação das Redes Regionais de Urgência e Emergência no Estado de Minas Gerais, define claramente as papeis dos entes participantes, sejam as competências do PRESTADOR DE SERVIÇOS BENEFICIÁRIO, da SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, da Coordenação ESTADUAL DE ATENÇÃO ÀS URGÊNCIAS E EMERGÊNCIAS, da ASSESSORIA DE CONTRATOS



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



ASSISTENCIAIS - ACA/SUBSPAS/SES-MG, da COMISSÃO DE AVALIAÇÃO e do COMITÊ GESTOR MACRORREGIONAL DAS URGÊNCIAS E EMERGÊNCIAS.

Desde a habilitação do prestador de serviços, Hospital Bom Samaritano, ocorrido em 2014, nunca houve por parte dos órgãos de controle citados acima, a indicação de qualquer irregularidade ou mesmo recomendação de melhorias a serem adotadas pela SMS/GV no período da minha gestão, e todas as prestações de contas inseridas no sistema GEICOM foram aprovadas, e os repasses dos recursos realizados normalmente, sempre após análise das metas estabelecidas.

Apesar dos auditores afirmarem que não tiveram acesso a evidências que comprovam que houve fiscalização do uso dos recursos financeiros estaduais de incentivo ao Programa Rede Resposta, entendo que houve cumprimento integral de todos os requisitos estabelecidos pelo Programa Rede Resposta, pois o fato do prestador estar inserido no programa até a competência novembro/2021, e agora habilitado pelo Estado de Minas Gerais no Programa Valor em Saúde, conforme RESOLUÇÃO SES/MG Nº 7.826, DE 05 DE NOVEMBRO DE 2021, ANEXO I, evidencia a aprovação do Estado de Minas Gerais.

Assim sendo, requer seja julgado procedente a presente justificativa.

- Não houve manifestação por parte do Sr. R.M.C. (pessoa física responsável).

- Não houve manifestação por parte do Sr. J.E.N. (pessoa física responsável).

Análise da Justificativa: Análise da Justificativa 1: Avaliando a manifestação da SMS Governador Valadares, a equipe de auditoria concluiu que a justificativa apresentada não condiz com o tema abordado nesta constatação, pois trata da fiscalização da SMS Governador Valadares dos faturamentos realizados pelo Hospital Bom Samaritano, incluindo o faturamento de AIH. Contudo, essa constatação trata, especificamente, da fiscalização do uso dos recursos financeiros estaduais de Incentivo ao Programa Rede Resposta. Ademais, não foram apresentados documentos comprobatórios das alegações.

Análise da Justificativa 2: Avaliando a justificativa do Sr. E.C.D.J., a equipe de auditoria concluiu que esta não é suficiente para afastar a não conformidade, pois é baseada nos seguintes fatos: que desde 2014, quando o Hospital Bom Samaritano foi inserido no Programa de Incentivo ao Rede Resposta, nunca houve indicação de irregularidade por parte de qualquer outro órgão de controle; que as prestações de contas do Programa Rede Resposta foram inseridas no sistema GEICOM e nunca foram questionadas e que todos os repasses dos recursos financeiros foram realizados normalmente para o Hospital Bom Samaritano, sempre após análise das metas estabelecidas. Contudo, esses fatos não comprovam que a SMS de Governador Valadares avaliou se os recursos financeiros do Incentivo do Rede Resposta foram utilizados pelo prestador em sua finalidade única, que era custear as equipes de Urgência e Emergência 24 horas ininterruptamente para atendimento aos usuários do SUS no Hospital. Ademais, não foram apresentados documentos comprobatórios das alegações.

Por fim, analisando o conjunto das manifestações apresentadas, considera-se que não foram apresentados elementos suficientes para afastar a não conformidade.

Propõe-se a aplicação da penalidade de Advertência Escrita ao auditado.

Acatamento da Justificativa: Não

Responsável(eis)

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE GOVERNADOR VALADARES - PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR VALADARES	20.622.890/0001-80

Recomendação: Fiscalizar o uso dos recursos financeiros estaduais de Incentivo ao Programa Rede Resposta repassados ao Hospital Bom Samaritano, de acordo com o que prega o Termo de Compromisso nº 315/5233, Cláusula Segunda - Das



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



Obrigações - I Ao Município/SMS, alíneas g, h, q, r e y; com o Decreto Estadual nº 45.468/2010, art. 1º e 12 e a Resolução SES MG nº 4.606 de 17/12/2014, art.1º, art.3º parágrafo 1º e 2º, art.14, parágrafo único.

Destinatários da Recomendação

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE GOVERNADOR VALADARES - PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR VALADARES	20.622.890/0001-80

Grupo: Recursos Financeiros

Constatação Nº: 600090

Subgrupo: Fundo a Fundo

Item: Execução

Constatação: A SMS de Governador Valadares fiscalizou o uso dos recursos financeiros estaduais de Incentivo ao Programa de Fortalecimento Hospitalar (Pro-Hosp) repassados ao Hospital Bom Samaritano, no período de janeiro de 2018 a dezembro de 2019.

Evidência: Mediante análise da documentação financeira de 2018 e 2019, constatou-se que a SMS de Governador Valadares fiscalizou o uso dos recursos financeiros provenientes do Fundo Estadual de Saúde (FES) de Incentivo ao Pro-Hosp, que foram repassados ao Hospital Bom Samaritano, no período de abrangência da auditoria. Esse incentivo tem como finalidade promover a reestruturação e a melhoria da qualidade da assistência hospitalar ofertada aos usuários do SUS.

* Tal fato está de acordo com o Termo de Compromisso nº 315/5737, Cláusula Segunda - Das Obrigações - I - Ao Município, alíneas b, c, m e r; com o Decreto Estadual nº 45.468/2010, art. 1º e 12.

Fonte da Evidência: - Cópia da Prestação de Contas Pro-Hosp Incentivo, do período de 01/01 a 31/12/2018, contendo demonstrativo físico-financeiro e relatório de execução de receitas e despesas, contendo listagem de empresas que forneceram produtos e serviços ao Hospital e valores pagos no período.

- Cópia da Prestação de Contas Pro-Hosp Incentivo, do período de 01/01 a 31/12/2019, contendo demonstrativo físico-financeiro e relatório de execução de receitas e despesas, contendo listagem de empresas que forneceram produtos e serviços ao Hospital e valores pagos no período.

Conformidade: Conforme

Grupo: Regulação

Constatação Nº: 630427

Subgrupo: Controle e Avaliação

Item: Atividades/Programação/Supervisão/Revisão

Constatação: A Secretaria Municipal de Saúde de Governador Valadares monitora e fiscaliza a execução dos procedimentos ambulatoriais de hemodiálise, quimioterapia, radioterapia, tomografia, ressonância magnética e os exames anatomopatológicos.

Evidência: Durante a auditoria, verificou-se que a SMS de Governador Valadares implantou o controle/monitoramento mensal dos tetos financeiros de média e alta complexidade da Programação Pactuada e Integrada (PPI), que incluem os valores destinados ao financiamento dos procedimentos de hemodiálise, quimioterapia, radioterapia, tomografia, ressonância magnética e exames anatomopatológicos. Verificou-se que esse monitoramento é feito por município de residência, considerando que Governador Valadares é o Município polo da macrorregião Leste.

Verificou-se que a SMS de Governador Valadares implantou fluxogramas e normas para controle do acesso dos usuários de Governador Valadares e dos municípios pactuados a esses procedimentos ambulatoriais. Ademais, é exigida a autorização prévia desses procedimentos, o que permite que a SMS tenha mais uma forma de controle da execução dos mesmos.

Constatou-se que a fiscalização da execução dos procedimentos ambulatoriais citados é realizada por meio de ações mensais, nas quais ocorre a conferência dos procedimentos executados em relação aos procedimentos faturados pelos



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



estabelecimentos de saúde. Foram verificados registros dessa atividade referentes a todo o período de abrangência desta auditoria.

* Tal fato está de acordo com a Resolução CIT nº 04/2012, Anexo I, Item 4.1.n e com a Portaria de Consolidação nº 2/2017, Anexo XXVI, Artigo 10, Incisos I e II.

Fonte da Evidência: *Relatórios mensais de acompanhamento dos tetos financeiros da PPI, por município de residência, referentes aos anos de 2020 e 2021, analisados in loco e cópia do relatório referente à competência de fevereiro de 2021;
* Cópia dos fluxogramas e das normas para controle do acesso dos usuários aos procedimentos ambulatoriais;
* Laudos de solicitação/autorização dos procedimentos ambulatoriais hemodiálise, quimioterapia, radioterapia, tomografia, ressonância magnética verificados in loco e cópia de uma amostra dos mesmos, referente ao último de quadrimestre de 2019;
* Relatórios de auditorias regulares realizadas pela SMS de Governador Valadares para conferência/verificação da execução dos procedimentos ambulatoriais, nos anos de 2018, 2019, 2020 e 2021.

Conformidade: Conforme

Grupo: Regulação

Constatação Nº: 600374

Subgrupo: Controle e Avaliação

Item: Atividades/Programação/Supervisão/Revisão

Constatação: A Secretaria Municipal de Saúde de Governador Valadares não monitorou e não fiscalizou a execução dos procedimentos hospitalares (cirurgias oncológicas) faturados pelo Hospital Bom Samaritano, por meio de ações de supervisão hospitalar, nos anos de 2018 e 2019.

Evidência: Durante a auditoria, verificou-se que, nos anos de 2018 e 2019, não houve uma rotina de supervisão hospitalar destinada ao monitoramento e à fiscalização da execução dos procedimentos cirúrgicos oncológicos faturados pelo Hospital Bom Samaritano. Observou-se que o único médico que realiza ações de controle no referido Hospital é o Sr. G.W.A.S. e sua atividade foi avaliar internações específicas que não foram reguladas pelo SUS Fácil ou que foram negadas.

À avaliação de uma amostra de prontuários cirúrgicos oncológicos, presentes no Hospital Bom Samaritano, referentes ao período de janeiro a dezembro de 2019, verificou-se que não há registros de ações de supervisão dessas internações.

* Tal fato está em desacordo com a Resolução CIT nº 04/2012, Anexo I, Item 4.1.n e com a Portaria de Consolidação Nº 2/2017, Anexo XXVI, Artigo 10, Incisos I e II.

Fonte da Evidência: *Cópia de documentos referentes às auditorias realizadas no Hospital Bom Samaritano, pelo Sr. G.W.A.S., nos anos de 2018 e 2019;

*Prontuários de pacientes cirúrgicos oncológicos do Hospital Bom Samaritano, referentes ao período de janeiro a dezembro de 2019, avaliados durante a auditoria no Hospital;

*Termo de Informação do profissional médico G.W.A.S., de 11/03/2020;

*Termo de Informação da Diretora do Departamento de Controle, Avaliação e Auditoria da Secretaria Municipal de Saúde de Governador Valadares, de 12/03/2020.

Conformidade: Não Conforme

Justificativa: Justificativa 1- Por meio do Ofício nº 005/2022/GAB/SMS, datado de 04/01/2022, a SMS de Governador Valadares (pessoa jurídica) se manifestou da seguinte forma:

Chegou ao nosso conhecimento que as auditorias realizadas no âmbito desta SMS não ocorriam in loco até o ano de 2021, quando se passou a realizar tal procedimento. A partir de 2021, passou-se a adotar o critério de auditorias regulares e hospitalares in loco. No período analisado só existiam as auditorias hospitalares especiais.

Justificativa 2- Por meio de Documento S/N, datado de 07/02/2022, o Sr. E.C.D.J. (pessoa física) se manifestou da seguinte forma:

Como Gestor da Secretaria Municipal de Saúde de Governador Valadares no período de 28/01/2019 a 04/04/2020, foi mantido o funcionamento regular do Departamento de Controle, Avaliação e Auditoria (DCAA), o qual é o setor



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



responsável por controlar, avaliar e auditar as contas de faturamento dos prestadores de serviços do SUS.

O DCAA sempre contou com equipe multidisciplinar, com capacidade técnica para execução de todas as atividades. Os próprios auditores relataram na análise preliminar a existência de profissional médico responsável pelas autorizações dos procedimentos cirúrgicos objeto da auditoria em questão.

Foi solicitado à atual gestora municipal de saúde a realização de auditoria nas contas hospitalares do prestador de serviços, Hospital Bom Samaritano, afim de que se possa evidenciar se os serviços hospitalares faturados foram efetivamente realizados.

Entendo que foi devidamente cumprido o que esta estabelecido no Convênio firmado entre as partes, senão vejamos:

O Convênio 015/2017, em sua Cláusula 10.2, estabelece entre a Secretaria Municipal de Saúde e a Beneficência Social Bom Samaritano - Hospital Bom Samaritano que "As internações autorizadas pela Central de Regulação Estadual, através do Sistema SUSFACIL serão computadas como serviços prestados para todos os fins deste contrato".

Por sua vez, o Convênio 017/2019, em sua Cláusula 10.2, estabelece entre a Secretaria Municipal de Saúde e a Beneficência Social Bom Samaritano - Hospital Bom Samaritano que "As internações autorizadas pela Central de Regulação Estadual, através do Sistema SUSFACIL serão computadas como serviços prestados para todos os fins deste contrato".

Dito isso, requer seja julgado procedente a presente justificativa, considerando a necessidade de dilação de prazo para as devidas conclusões, afim de que a SMS/GV realize a auditoria nas contas hospitalares do prestador.

- Não houve manifestação por parte do Sr. R.M.C. (pessoa física responsável).

- Não houve manifestação por parte do Sr. J.E.N. (pessoa física responsável).

Análise da Justificativa: Análise da Justificativa 1 - A justificativa apresentada pela SMS confirma a não conformidade constatada, uma vez que informa que no período analisado não ocorriam auditorias hospitalares regulares in loco, mas somente auditorias especiais.

Análise da justificativa 2 - Na manifestação apresentada à equipe de auditoria, o Sr. E.C.D.J. alegou que a SMS de Governador Valadares manteve seu funcionamento regular e realizou todas as atividades de sua responsabilidade, contudo não apresentou documentos que comprovem que a SMS, na época da sua gestão, realizou o monitoramento e a fiscalização dos procedimentos cirúrgicos oncológicos realizados pelo Hospital Bom Samaritano, por meio de ações de supervisão hospitalar.

Por fim, analisando o conjunto das manifestações apresentadas, considera-se que não foram apresentados elementos suficientes para afastar a não conformidade.

Propõe-se a aplicação de penalidade de Advertência Escrita ao auditado.

Acatamento da Justificativa: Não

Responsável(eis)

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE GOVERNADOR VALADARES - PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR VALADARES	20.622.890/0001-80

Recomendação: Monitorar e fiscalizar as cirurgias oncológicas realizadas e faturadas pelo Hospital Bom Samaritano, por meio de ações de supervisão hospitalar, de acordo com o previsto na Resolução CIT nº 04/2012, Anexo I, Item 4.1.n e na Portaria de Consolidação Nº 2/2017, Anexo XXVI, Artigo 10, Incisos I e II.

Destinatários da Recomendação

Nome	CPF/CNPJ
------	----------



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE GOVERNADOR VALADARES - PREFEITURA MUNICIPAL DE
GOVERNADOR VALADARES

20.622.890/0001-80

Grupo: Sistema Nacional de Auditoria

Constatação Nº: 600375

Subgrupo: Processo

Item: Normas/Rotinas de Trabalho/Atividades

Constatação: O Componente Municipal de Auditoria realizou ações de auditoria dos prestadores Hospital Bom Samaritano, Laboratório Examinare e Instituto de Nefrologia Hospital Bom Samaritano, nos anos de 2018 e 2019.

Evidência: Durante a auditoria, verificou-se que a SMS de Governador Valadares instituiu o Serviço de Auditoria Técnica Assistencial do Sistema Municipal de Saúde, por meio da Lei Municipal nº 4.513, de 03 de julho de 1998 e que os auditores foram nomeados, por meio da Portaria nº 6.614, de 21 de novembro de 2019.

Verificou-se que há uma rotina de auditoria dos prestadores de serviços de saúde do Município, contratados ou conveniados ao SUS, incluindo o Hospital Bom Samaritano, o Laboratório Examinare e o Instituto de Nefrologia Hospital Bom Samaritano. Tal ação é chamada de Auditoria Analítica ou Regular e, de modo geral, se refere à verificação da compatibilidade entre a Síntese de Produção do SIA/SUS e a produção apresentada pelo prestador. Quando constatadas divergências, os auditores emitem um Boletim de Diferença de Pagamento ao Setor de Planejamento da SMS, referente às glosas apuradas. Os valores pagos indevidamente são recolhidos pela própria SMS, por meio de descontos nos repasses feitos aos prestadores, em competências posteriores.

Em relação ao Hospital Bom Samaritano, foram verificados relatórios de Auditorias Analíticas/Regulares em que houve comparação entre a Síntese do SIA/SUS e a produção apresentada pelo prestador de procedimentos ambulatoriais em Oncologia (sessões de quimioterapia, radioterapia e hormonioterapia), bem como de exames de tomografia e ressonância magnética.

No que se refere ao Laboratório Examinare, foram verificados relatórios de Auditorias Analíticas em que houve comparação entre os pedidos de exames de citologia, histologia e anatomopatologia apresentados pelo prestador e a Síntese de Produção do SIA/SUS.

Já no tocante ao Instituto de Nefrologia, foram verificados relatórios de Auditorias Analíticas em que foi realizada comparação entre a Síntese de Produção do SIA/SUS e as fichas de Controle de Frequência Individual de Tratamento Dialítico (CFID) e demais dados contidos nos prontuários dos usuários que realizaram hemodiálise, diálise peritoneal ou acompanhamento pós-transplante. Também foram verificados relatórios de auditorias em que foram analisadas as solicitações e guias de agendamento de consultas, juntamente com as folhas de presença e cartões de hemotransfusões, em comparação à Síntese de Produção do SIA/SUS.

Além dessas auditorias de rotina, foram verificados relatórios de auditorias especiais no Hospital Bom Samaritano e no Instituto de Nefrologia para atender a demandas do Ministério Público, bem como auditorias pontuais no Hospital Bom Samaritano como, por exemplo, para análise de ocupação de leitos.

* Tais fatos estão de acordo com Lei nº 8.689/1993, Artigo 6º, §1º e 2º e com o Decreto nº 1.651/1995, Artigos 1º e 2º e 3º.

Fonte da Evidência: *Cópia da Lei Municipal nº 4.513, de 03 de julho de 1998;

*Cópia da Portaria Municipal nº 6.614, de 21 de novembro de 2019;

* Relatórios de Auditorias dos prestadores Hospital Bom Samaritano, Laboratório Examinare e Instituto de Nefrologia Hospital Bom Samaritano, dos anos de 2018 e 2019, analisados in loco;

*Cópia de Arquivo Digital contendo 36 relatórios de auditorias do Hospital Bom Samaritano, dos anos de 2018 e 2019, dentre os quais estão 06 Relatórios de auditorias analíticas referentes a procedimentos ambulatoriais de Oncologia (quimioterapia, radioterapia e hormonioterapia), das competências 01 e 02 de 2018 e 04, 05, 07, 08 e 09



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



de 2019 e 03 Relatórios de Auditoria Analíticas referentes a procedimentos ambulatoriais, incluindo exames de tomografia e ressonância magnética, das competências 05 de 2018; 06 e 09 de 2019;

*Cópia de Arquivo Digital contendo 8 relatórios de auditorias do Laboratório Examinare, dos anos de 2018 e 2019, referentes à produção de exames citológicos, histológicos e anatomopatológicos (Competências 8, 11 e 12 de 2018 e 01, 02, 09, 10 e 11 de 2019);

*Cópia de Arquivo Digital contendo 17 relatórios de auditorias do Instituto de Nefrologia Vale do Rio Doce, dos anos de 2018 e 2019, incluindo relatórios de Auditorias Analíticas/Regulares da produção de hemodiálise, diálise peritoneal e acompanhamento pós-transplante, das competências 05 a 12 de 2018 e 01 a 04 de 2019 e de consultas e hemotransfusões das competências 07 a 12/2018 e 01, 02, 04, 06 a 09 de 2019;

*Termo de Informação da Diretora do Departamento de Controle, Avaliação e Auditoria da Secretaria Municipal de Saúde de Governador Valadares, de 12/03/2020.

Conformidade: Conforme

Grupo: Regulação

Constatação Nº: 600377

Subgrupo: Controle e Avaliação

Item: Atividades/Programação/Supervisão/Revisão

Constatação: A Secretaria Municipal de Saúde de Governador Valadares possui profissionais médicos responsáveis pela autorização dos procedimentos cirúrgicos oncológicos realizados no Hospital Bom Samaritano.

Evidência: Durante a auditoria, verificou-se que existem dois profissionais médicos vinculados à SMS de Governador Valadares, que são responsáveis pela autorização das AIH dos procedimentos cirúrgicos oncológicos realizados no Hospital Bom Samaritano. O Sr. C.M.A.S.F. que é responsável pela autorização das AIH de caráter eletivo e o Sr. G.W.A.S. que é responsável pela autorização das AIH de urgência.

*Tal fato está de acordo com o Manual Técnico Operacional do Sistema de Informações Hospitalares do SUS, versão jan/2017, item 4.3 - aprovado pela Portaria GM/MS nº 396/2000, Artigos 1º e 2º.

Fonte da Evidência: *Documento contendo a equipe de médicos autorizadores do Departamento de Controle, Avaliação e Auditoria da Secretaria Municipal de Saúde de Governador Valadares, datado de 11/03/2020;

*Cópia da Portaria Municipal nº 6.614, de 21 de novembro de 2019, que contém nomeação dos médicos C.M.A.S.F. e G.W.A.S. como profissionais do Departamento de Controle, Avaliação e Auditoria;

* Termo de Informação do profissional médico C.M.A.S.F., de 11/03/2020;

*Termo de Informação do profissional médico G.W.A.S., de 11/03/2020;

*Laudos de AIH autorizados pelos profissionais médicos C.M.A.S.F. e G.W.A.S., no ano de 2019, presentes nos prontuários de pacientes cirúrgicos oncológicos, verificados no Hospital Bom Samaritano, durante a auditoria operativa;

*Relatórios do SUS Fácil constando autorização das AIH (Impressão de autorização/Secretaria Municipal de Saúde), feitas pelos médicos C.M.A.S.F. e G.W.A.S., presentes nos prontuários de pacientes cirúrgicos oncológicos, verificados no Hospital Bom Samaritano, durante a auditoria operativa.

Conformidade: Conforme

Grupo: Regulação

Constatação Nº: 600378

Subgrupo: Controle e Avaliação

Item: Atividades/Programação/Supervisão/Revisão

Constatação: Autorização de Laudos de AIH referentes a cirurgias oncológicas realizadas no Hospital Bom Samaritano, nos anos de 2018 e 2019, em desacordo com as normas do SUS.

Evidência: Durante a auditoria, verificou-se que, nos anos de 2018 e 2019, foram autorizadas mais de uma AIH, para uma mesma internação, de um mesmo paciente, em condições não permitidas em legislação e que as autorizações foram realizadas pelo profissional médico G.W.A.S. Ademais, verificou-se que essas AIH eram bloqueadas pelo SIH/SUS e que esse mesmo profissional autorizava o desbloqueio, para que elas fossem processadas e pagas.



Observou-se que, em grande parte dos casos, ocorria encerramento administrativo de uma AIH (de caráter eletivo ou de urgência) e emissão de uma ou mais nova(s) AIH (geralmente de urgência), em períodos curtos de internação (e até mesmo em internações com a mesma data de internação e de saída). Observou-se ainda, que nas diferentes AIH estavam registrados diferentes procedimentos cirúrgicos oncológicos. Vale ressaltar que a legislação permite a emissão de nova AIH, na condição encerramento administrativo da anterior em situações distintas das constatadas nessa auditoria: para pacientes que permanecem internados por longos períodos em UTI e nos casos de internações que ultrapassem 99 diárias de permanência a maior. Também permite a emissão de nova AIH quando ocorre outra cirurgia em um novo ato anestésico, durante a mesma internação (incluindo os casos de reoperação), e quando o procedimento principal for tratamento com Cirurgia Múltipla e forem realizados mais de 05 (cinco) procedimentos principais (situações também diferentes das constatadas nesta auditoria).

* Tal fato está em desacordo com o Manual Técnico Operacional do Sistema de Informações Hospitalares do SUS, versão jan/2017, item 5 - aprovado pela Portaria GM/MS nº 396/2000, Artigos 1º e 2º e com a Resolução CIT nº 04/2012, Anexo I, Item 4.1.h.

Fonte da Evidência: *Arquivo Digital dos Espelhos de AIH do Hospital Bom Samaritano, referentes aos anos de 2018 e 2019;
*Relatórios do SUS Fácil constando autorização de solicitação de AIH subsequente, presentes em prontuários de pacientes cirúrgicos oncológicos verificados no Hospital Bom Samaritano, durante a auditoria operativa de março de 2020;
*Laudos de AIH autorizados pelos profissionais médicos C.M.A.S.F. e G.W.A.S., no ano de 2019, presentes nos prontuários de pacientes cirúrgicos oncológicos verificados no Hospital Bom Samaritano, durante a auditoria operativa de março de 2020;
*Termo de Informação do profissional médico G.W.A.S., de 11/03/2020.

Conformidade: Não Conforme

Justificativa: Justificativa 1 - Por meio de Documento datado de 13/12/2021, o Sr. G.W.A.S., representado pela Narlon e Ribeiro Advogados, se manifestou da seguinte forma:

"Inicialmente é preciso dizer que o peticionário foi contratado para atuar como médico auditor, cuja finalidade exclusiva era auditar procedimentos médicos hospitalares de urgência e emergência.

Nos moldes que leciona o Manual Técnico Operacional do Sistema de Informação Hospitalar do SUS, o médico solicitante emite um laudo de internação que na sequência é analisado pelo médico auditor.

O laudo do médico solicitante contém dados de identificação do paciente, dados de anamnese, exame físico, resultados de exames complementares e descrição das condições que justificam a internação e a hipótese diagnóstica inicial e/ou o diagnóstico definitivo.

Em contato com o laudo de solicitação de AIH, o médico auditor realiza análise acurada e verifica se a solicitação de internação possui pertinência médica ou não.

Segundo o item 4.6 do Manual Técnico Operacional do Sistema de Informação Hospitalar do SUS: O médico, na função de auditor, tem o direito de acessar, in loco, toda a documentação podendo, se necessário, examinar o paciente. Identificado indício de irregularidade no atendimento do paciente cuja comprovação necessite de análise do prontuário, é permitida a retirada de cópia exclusivamente para fins de instrução da auditoria.

O trabalho do auditor médico como já dito outrora e reafirmado no parágrafo anterior é exclusivamente médico, não se confundindo com tarefas e atribuições administrativas e de gestão.

A responsabilidade administrativa das autorizações de procedimentos que redundaram em pagamentos pelo SUS aos hospitais credenciados/conveniados, conforme legislação que regulamenta a matéria É DO GESTOR e não do médico auditor.

Quando se diz que o peticionário era o responsável pelas autorizações de mais de uma AIH ou mesmo o gestor do sistema do SUS no Município, tal fato não procede por razões óbvias que serão demonstradas a seguir.

A função do peticionário em auditoria era dizer se os procedimentos descritos pelos médicos solicitantes de AIH pelo hospital conveniado eram ou não condizentes com a perspectiva aceitável em determinado procedimento médico, e se estavam devidamente comprovadas documentalmente, ou seja, o peticionário auditava procedimentos já realizados pelos médicos solicitantes.



Não é demasiado lembrar, que o peticionário mesmo na condição de auditor, é proibido por força do art. 52 do Capítulo VII do Código de Ética Médica a desrespeitar a prescrição ou o tratamento de paciente determinados por outro médico.

A partir deste momento, a decisão final se autorizaria ou não o pagamento do procedimento previsto na AIH era do gestor, e não do médico auditor.

Como é de conhecimento geral, a solicitação de abertura de nova AIH para o mesmo paciente em uma mesma internação (apesar de legalmente prevista segundo hipóteses elencadas em norma técnica) apresenta-se naturalmente bloqueada no sistema do SUS por suposta duplicidade, e isso é feito, para que o gestor avalie a veracidade dessa nova AIH.

O desbloqueio ou não desta(s) nova AIH é uma decisão unilateral do gestor nos moldes do item 5.11 do Manual Técnico Operacional do Sistema de Informação Hospitalar do SUS que diz: Quando o internamento é feito com a emissão de uma nova AIH para o mesmo paciente com menos de 03 dias de uma internação anterior, o SISA01 aceita a digitação da AIH, mas no processamento do SIH/SUSD, a AIH vai ser bloqueada por "duplicidade", desde que a outra AIH seja emitida pelo mesmo gestor. O GESTOR DECIDE PODE LIBERAR OU NÃO A AIH.

Nos casos citados no relatório preliminar como em desacordo com as normas técnicas, é possível concluir diante da justificativa ora apresentada que os desbloqueios das AIH eram realizados pelo gestor e não pelo peticionário na condição de médico auditor.

Ao revés das alegações tecidas no relatório preliminar, o peticionário jamais autorizou o desbloqueio de AIH anteriormente bloqueadas pelo sistema, posto que tal atribuição não lhe competia, não possuindo sequer autorização do sistema no SUS para tanto.

Ademais, imperioso registrar que todos os procedimentos médicos/hospitalares auditados pelo peticionário (inclusive presentes nas AIH bloqueadas) na função de médico auditor estavam corretos dentro dos parâmetros médicos, principalmente por se tratarem de casos de urgência e emergência.

Ressalta-se outrossim, que as situações de urgência e emergência devem ser resolvidas com a maior brevidade possível, visto que a demora pode ocasionar a morte do paciente. No tocante a AIH sequencial em urgência e emergência, a mesma pode e deve ser realizada no mesmo tempo operatório.

Em resumo, além de possuir função estritamente médica como auditor, as conclusões a que chegava o peticionário jamais vinculavam ou deveriam vincular o gestor na decisão final a ser tomada, como por exemplo no desbloqueio de AIH bloqueadas.

Neste norte, diante da flagrante demonstração de ausência de atribuição e competência para desbloquear AIH bloqueadas pelo sistema, é que o peticionário considera prestado nesta oportunidade as necessárias justificativas, requerendo sejam as mesmas aceitas e ao final concluído pela total ausência de responsabilidade ou co-responsabilidade pessoal do médico G.W.A.S.

Ante todo o exposto e por tudo mais que dos autos constam, requer o peticionário que seja recebida a presente justificativa para as constatações de nº 600378 e 600581 do relatório preliminar e ao final concluído pela total ausência de responsabilidade ou co-responsabilidade pessoal do médico G.W.A.S. "

Justificativa 2- Por meio do Ofício nº 005/2022/GAB/SMS, datado de 04/01/2022, a SMS de Governador Valadares (pessoa jurídica) se manifestou da seguinte forma:

"As normas para procedimentos administrativos relacionados às Autorizações para Internações Hospitalares - AIH, normalmente são expedidas por meio de manuais técnicos para o seu devido preenchimento, ou seja, já são previamente estabelecidas e de conhecimento dos prestadores de serviços do SUS. A versão que vigorava àquela época era a de 2017 (conforme apontado no próprio relatório de auditoria), pelo sistema SIHD do Ministério da Saúde". Ainda, assim, destacamos as dificuldades e divergências de interpretações por profissionais auditores em relação às AIH, no que concerne a interpretação dada pelo Ministério da Saúde e aquela que diz respeito ao Estado (SUSFÁCIL). Ademais, há que se ressaltar as considerações/informações prestadas na constatação nº 600374."

De forma Complementar, por meio do Ofício nº 0485/2022/GAB/SMS, de 30/08/2022, a SMS de Governador Valadares, se manifestou da seguinte forma:

"De forma complementar aos Ofícios nº 005/2022/GAB/SMS, nº 0094/2022/GAB/SMS e nº 0148/2022/GAB/SMS, anteriormente enviados à Assessoria de Auditoria Especial, apresentamos contestação às não conformidades apresentadas no Relatório Preliminar de Auditoria Especial nº 617, de 17 de novembro de 2021, emitido pela Assessoria



de Auditoria Assistencial Jequitinhonha, da Superintendência Regional de Saúde de Diamantina.

O Departamento de Controle, Avaliação e Auditoria - DCAA, de acordo com o disposto na LEI Nº 4.940, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2001, Art. 89, detém a competência de executar as ações de auditoria analítica e operacional sobre as unidades prestadoras de serviços de saúde e propor medidas corretivas, assim como controlar os procedimentos técnicos e administrativos prévios à realização de serviços e a ordenação dos respectivos pagamentos, visando garantir a autorização de internações e procedimentos ambulatoriais, e monitorar, permanentemente, a regularidade e fidedignidade dos registros de produção e de faturamento dos serviços.

Portanto, em cumprimento à sua competência, o DCAA procedeu com a análise in loco das contas referentes às 934 AIHs relacionadas no Relatório emitido pela Assessoria de Auditoria Assistencial Jequitinhonha com objetivo de verificar a efetiva realização dos procedimentos cirúrgicos oncológicos faturados pelo Hospital Bom Samaritano nos anos de 2018 e 2019. A auditoria transcorreu conforme método e técnica do Departamento desenvolvidos em âmbito Municipal, uma vez que as solicitações de capacitações realizadas à Secretaria de Estado de Saúde e ao Ministério da Saúde não obtiveram êxito, conforme descrito no OFÍCIO Nº 0148/2022/GAB/SMS.

Conforme conclusão inserida no Relatório de Auditoria Especial 2/2022/DCAA/SMS/GV, anexo, foi constatada pelos auditores do DCAA a realização dos procedimentos cirúrgicos oncológicos supramencionados, além da devida autorização através do sistema de regulação estadual, SUSFacil. O relatório retromencionado refuta a Constatação de não conformidade nº 600378 apresentada pela Assessoria Regional de Auditoria Assistencial Jequitinhonha, além de tornar sem fundamentação a Proposição de Devolução para regularização de Constatações de Não Conformes relacionadas a Recursos Financeiros, acostada na Constatação nº 600581, referente ao Hospital Bom Samaritano.

Em anexo foi apresentado o Relatório de Auditoria Especial 02/2022/DCAA/SMS/GV, que compões o processo desta auditoria, cuja Conclusão encontra-se abaixo descrita:

4. CONCLUSAO

Considerando a análise in loco pela Comissão de Auditoria de 934 AIHs, onde ficou evidenciado através de Descrição Cirúrgica, Laudo dos Anatomopatológicos e Boletins de Anestesia que todos os procedimentos faturados foram efetivamente realizados;

Considerando o TERMO DE INFORMAÇÃO datado de 11/03/2020, do auditor médico do DCAA/SMS/GV, Dr. G. W. A. S. (...);

Considerando a entrevista e declaração do médico Responsável Técnico pelo Serviço de Cirurgia Oncológica do Hospital Bom Samaritano, Dr. J.D.N., CRM/MG - 43.***;

Esta Comissão conclui que ficou evidenciado que todos os procedimentos cirúrgicos oncológicos faturados pelo Hospital Bom Samaritano, nos anos de 2018 e 2019, condizem com os procedimentos efetivamente realizados, autorizados via sistema SUS Fácil e auditados, tudo em conformidade com os fluxos existentes entre prestador e Secretaria Municipal de Saúde de Governador Valadares - MG em época que ocorreram os fatos".

Justificativa 3- Por meio de Documento S/N, datado de 07/02/2022, o Sr. E.C.D.J.(pessoa física) se manifestou da seguinte forma:

Como Gestor da Secretaria Municipal de Saúde de Governador Valadares no período de 28/01/2019 a 04/04/2020, informo que foi solicitada à atual gestora municipal de saúde a realização de auditoria nas contas hospitalares do prestador de serviços, Hospital Bom Samaritano, afim de que se possa evidenciar se os serviços hospitalares faturados foram efetivamente realizados.

Nessa linha, imperioso ressaltar que o "Manual Orientações sobre Aplicação de Glosa em Auditoria no SUS de 2005", estabelece o seguinte em sua página 27:

"A glosa total, referente à prestação de serviços assistenciais ao SUS, somente deve ser efetuada em situações em que a equipe de auditoria já esgotou todas as providências no sentido de comprovar a realização do procedimento que esta sendo auditado (exames de outros comprovantes como: livro do centro cirúrgico, anotações de enfermagem, livro de ocorrências da enfermagem, livro de registro de admissão de pacientes, folha de gasto de sala, podendo-se até mesmo entrevistar o paciente ou familiares). O não cumprimento das normas administrativas do SUS por parte do prestador nem



sempre caracteriza a não realização do ato médico ou do procedimento que esta sendo cobrado."

Consta ainda na página 46 desse mesmo instrumento:

"Atenção: A glosa só deve ser sugerida quando: Não ficar comprovada a realização total ou de parte dos serviços (consultas, exames e outros)."

O faturamento de qualquer atendimento SUS, só é realizado após autorização da Secretaria Municipal de Saúde, de forma prévia das AIH's eletivas (principal) e as subsequentes após autorização no SUS-Fácil pelos médicos auditores da SMS/GV.

Portanto, tendo em vista que o órgão de controle/auditoria local (DCAA) da SMS/GV autorizou a realização dos procedimentos (AIHs), os quais foram, de forma semelhante, devidamente autorizados no sistema SUS-Fácil, resta manifesto que a autorização de laudos de AIH referentes a cirurgias oncológicas realizadas no Hospital Bom Samaritano ocorreu em sintonia e conformidade com as normas do SUS.

A que se destacar, que a equipe de auditoria desprezou informações importantes trazidas no Documento nº 41571246 - * Termo de informação do profissional médico G.W.A S de 11/03/2020, ANEXO II. Pelo médico auditor Dr. G. W. A. S. no TERMO DE INFORMAÇÃO, datado de 11/03/2020, foi dito:

- Atua na Secretaria Municipal de Saúde com auditor/autorizador de AIH há mais ou menos 17 anos;
- Recebeu treinamento para a função com certificação;
- É nomeado para a função de auditor. Autoriza, no SUS Fácil, as AIH do Hospital Bom Samaritano e Hospital Municipal de caráter de urgência e as subsequentes (outras AIH que são "extensão" da AIH principal). Quando identifica pendências, registra e, se o Hospital responde a contento, autoriza;
- Não tem vínculo de trabalho com o Hospital Bom Samaritano nem com o Hospital Municipal;
- É médico cadastrado no SIHD para realizar os trabalhos de Controle e Avaliação próprios desse sistema, como liberação de AIH bloqueadas, de homônimos, etc;
- No caso de internações não reguladas, sua função é verificar se há comprovação de que foram realizadas ou não, e relatar. Cabe à Secretaria Municipal de Saúde (SMS) determinar se vai liberar a numeração de AIH;
- No caso de homônimos, se não identifica inconsistências, libera e, se identifica, entra em contato com o prestador para solicitar esclarecimentos e avaliar se o caso é de liberar ou bloquear;
- Realiza toda a liberação de homônimos no SIHD no sistema on-line;

Assim sendo, requer seja julgado procedente a presente justificativa, considerando a necessidade de dilação de prazo para aguardar a Secretaria Municipal de Saúde de Gov. Valadares concluir a auditoria nas contas hospitalares do prestador de serviços, Hospital Bom Samaritano, afim de que se possa evidenciar se os serviços hospitalares faturados foram efetivamente realizados.

- Não houve manifestação por parte do Sr. R.M.C. (pessoa física responsável).

- Não houve manifestação por parte do Sr. J.E.N. (pessoa física responsável).

Análise da Justificativa: Análise da Justificativa 1 - Na justificativa apresentada pelo médico G.W.A.S., o mesmo alega não ter atribuição e competência para desbloquear AIHs bloqueadas pelo SIH. Contudo, essa afirmação não procede, pois durante a auditoria a equipe verificou que o referido médico estava cadastrado no Sistema de Informações Hospitalares (SIH) como autorizador e gestor desse sistema. Ressalta-se que, nos Espelhos de AIHs citados como Fonte de Evidência dessa constatação consta o CPF do médico G.W.A.S. (***.890.006.***) no campo referente ao gerenciamento ("Gerenciado por"), o que demonstra sua atribuição e atuação no desbloqueio de AIHs bloqueadas. Além disso, o Sr. G.W.A.S. afirmou em entrevista dada à equipe de auditores que "É médico cadastrado no SIHD para realizar os trabalhos de Controle e Avaliação próprios desse sistema, como liberação de AIH bloqueadas, de homônimos, etc".

Análise da Justificativa 2 - A justificativa apresentada pela SMS de Governador Valadares não é suficiente para afastar essa não conformidade, uma vez que o foco da irregularidade são as autorizações indevidas das AIH, assim como os desbloqueios das AIH que eram bloqueadas pelo próprio SIH, e não a realização dos procedimentos cirúrgicos oncológicos faturados pelo Hospital Bom Samaritano. A equipe de auditoria



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



concorda que os procedimentos foram efetivamente realizados, mas também reafirma que houve irregularidade na forma de autorização e, consequentemente, de faturamento desses procedimentos.

Análise da Justificativa 3 - As alegações apresentadas pelo Sr. E.C.D.J. foram analisadas pela equipe de auditoria, contudo, não são suficientes para se retirar essa não conformidade. Há de se ressaltar que foi concedido prazo para que a SMS de Governador Valadares apresentasse o resultado da auditoria nos prontuários/AIH abordados nesse Relatório e que o resultado desse trabalho foi considerado pela equipe de auditoria. Além disso, cabe mencionar que não houve proposição de glosa total das cirurgias oncológicas, mas sugestão de manutenção do pagamento de uma AIH referente a cada cirurgia realizada, conforme descrito no Relatório de auditoria do Hospital Bom Samaritano (Constatação nº 600581). Portanto, houve o reconhecimento de que os procedimentos cirúrgicos foram efetivamente realizados. Contudo, a equipe de auditoria reafirma que houve autorização indevida de laudos de AIH referentes a cirurgias oncológicas, devido à autorização de mais de uma AIH, para uma mesma internação e mesmo ato anestésico, de um mesmo paciente, em condições não permitidas em legislação.

Por fim, analisando o conjunto das manifestações apresentadas, considera-se que não foram apresentados elementos suficientes para afastar a não conformidade.

Propõe-se a aplicação de penalidade de Advertência Escrita ao auditado, com subsequente comunicação do fato constatado ao Ministério Público do Estado de Minas Gerais, em razão do disposto no Decreto nº 1.651/1995, Artigo 3º, Inciso III.

Acatamento da Justificativa: Não

Responsável(eis)

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE GOVERNADOR VALADARES - PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR VALADARES	20.622.890/0001-80

Co-Responsável(eis)

Nome	CPF/CNPJ
------	----------

Recomendação: Realizar a autorização de laudos de AIH referentes às cirurgias realizadas no Hospital Bom Samaritano (incluindo as cirurgias oncológicas) de acordo com o Manual Técnico Operacional do Sistema de Informações Hospitalares do SUS, versão jan/2017, item 5 - aprovado pela Portaria GM/MS nº 396/2000, Artigos 1º e 2º e com a Resolução CIT nº 04/2012, Anexo I, Item 4.1.h.

Destinatários da Recomendação

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE GOVERNADOR VALADARES - PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR VALADARES	20.622.890/0001-80

Grupo: Regulação

Constatação Nº: 622504

Subgrupo: Controle e Avaliação

Item: Atividades/Programação/Supervisão/Revisão

Constatação: Autorização de Laudos referentes a procedimentos ambulatoriais de alto custo realizados pelo Hospital Bom



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



Samaritano e pelo Instituto de Nefrologia Hospital Bom Samaritano, em conformidade com as normas do SUS.

Evidência: Durante a auditoria, verificou-se que, no ano de 2019, a SMS de Governador Valadares possuía profissionais de nível superior da área da saúde designados para autorização de procedimentos ambulatoriais de alto custo (quimioterapia, radioterapia, tomografia, ressonância magnética e hemodiálise), realizados pelo Hospital Bom Samaritano e pelo Instituto de Nefrologia Hospital Bom Samaritano. Esses profissionais eram:

- A médica C.S.K., que autorizava APAC de oncologia do Hospital Bom Samaritano;
- O profissional médico W.A.C., que autorizava laudos para solicitação de exames de média a alta complexidade do Hospital Bom Samaritano, dentre eles tomografia e ressonância magnética;
- O médico F.R.S.L., que autorizava APAC de hemodiálise do Instituto de Nefrologia Vale do Rio Doce.

Foram verificados laudos de APAC (de quimioterapia, radioterapia e hemodiálise), bem como laudos para solicitação/autorização de procedimentos ambulatoriais (tomografia e ressonância magnética) emitidos pelo Hospital Bom Samaritano e pelo Instituto de Nefrologia, que foram autorizados pelos profissionais supracitados, conforme normas do SUS.

* Tal fato está de acordo com o Manual de Operação do Sistema de Informações Ambulatoriais do SUS, versão 1.0 - outubro 2012 (Item 2.5) - aprovado pela Portaria GM/MS nº 396/2000, Artigos 1º e 2º e com a Resolução CIT nº 04/2012, Anexo I, Item 4.1.h.

Fonte da Evidência: *Documento contendo a equipe de médicos autorizadores do Departamento de Controle, Avaliação e Auditoria da SMS de Governador Valadares, datado de 11/03/2020;

*Ofício 884/2020/DCAA/SMS/GV 29/09/2020, encaminhado pela SMS de Governador Valadares à equipe de auditoria, em resposta ao Ofício SES/AUDSUS nº 403/2020, de 10/09/2020, com a relação atualizada de médicos autorizadores de APAC;

*Cópia da Portaria Municipal nº 6.614, de 21 de novembro de 2019, que contém nomeação dos médicos C.S.K., F.R.S.L. e W.A.C., como profissionais do Departamento de Controle, Avaliação e Auditoria da SMS de Governador Valadares;

* Atos de designação da médica C.S.K. e do médico F.R.S.L. como autorizadores de laudos de APAC da SMS de Governador Valadares, datados de 01/04/2020;

*Laudos para solicitação/autorização de APAC de quimioterapia e radioterapia verificados no Hospital Bom Samaritano, durante a auditoria operativa de junho/2021;

*Laudos para solicitação/autorização de APAC de hemodiálise verificados no Instituto de Nefrologia, durante a auditoria operativa de junho/2021;

* Laudos para solicitação/autorização de procedimento ambulatorial referentes aos procedimentos de tomografia computadorizada e ressonância magnética, verificados na SMS de Governador Valadares, durante a auditoria operativa de junho/2021;

*Cópia de Laudos para solicitação/autorização de APAC de quimioterapia, radioterapia e hemodiálise;

*Cópia de Laudos para solicitação/autorização de procedimento ambulatorial referentes aos procedimentos de tomografia computadorizada e ressonância magnética.

Conformidade: Conforme

Grupo: Regulação

Constatação Nº: 622505

Subgrupo: Controle e Avaliação

Item: Recursos Humanos/Capacitação

Constatação: Os autorizadores de AIH e APAC da Secretaria Municipal de Saúde de Governador Valadares não foram treinados para as funções, no ano de 2019.

Evidência: Durante a auditoria, verificou-se a SMS de Governador Valadares não realizou treinamentos para os profissionais investidos nas funções de autorizadores de AIH e APAC do Município, no ano de 2019.

* Tal fato está em desacordo com o Manual de Operação do Sistema de Informações Ambulatoriais do SUS, versão 1.0 -



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



outubro 2012 (Item 2.5) e com o Manual Técnico Operacional do Sistema de Informações Hospitalares do SUS, versão jan/2017, item 4.3 - ambos aprovados pela Portaria GM/MS nº 396/2000, Artigos 1º e 2º e com a Portaria de Consolidação Nº 2/2017, Anexo XXVI, Art. 10, Inciso V.

Fonte da Evidência: *Ofício 884/2020/DCAA/SMS/GV 29/09/2020, encaminhado pela SMS de Governador Valadares à equipe de auditoria, em resposta ao Ofício SES/AUDSUS nº 403/2020, de 10/09/2020;

*Termo de Informação da Diretora do Departamento de Controle, Avaliação e Auditoria da Secretaria Municipal de Saúde de Governador Valadares, de 12/03/2020;

*Termo de Informação do profissional médico C.M.A.S.F., de 11/03/2020.

Conformidade: Não Conforme

Justificativa: Justificativa 1- Por meio do ofício nº 005/2022/GAB/SMS, datado de 04/01/2022, a SMS de Governador Valadares (pessoa jurídica) se manifestou da seguinte forma:

"Procedente. Chegou ao conhecimento desta Secretária que realmente não ocorreu treinamento específico para os autorizadores àquela época. Estamos adotando medidas para capacitação dos atuais auditores do DCAA, enquanto órgão que possui a atribuição de auditar os serviços dos prestadores do SUS no âmbito desta SMS de forma a aperfeiçoar os processos de trabalho. Esta SMS já solicitou apoio junto ao DENASUS, a fim de conseguir capacitação para os servidores do DCAA no ano de 2021. Contudo, até a presente data não obtivemos êxito neste propósito. Tal situação gerou consultas diversas àquele órgão, em virtude de várias dúvidas surgidas nas atividades de rotina na fiscalização e auditoria. Tudo isso no decurso desta atual gestão".

De forma complementar, por meio do Ofício nº 148/2022/GAB/SMS, datado de 24/03/2022, a SMS se manifestou assim:

Acerca da ausência de treinamento dos autorizadores de AIH e APAC - Constatação nº 622505 - podemos demonstrar através de alguns exemplos anexos poucas das inúmeras vezes que temos solicitado aos componentes do Sistema Nacional de Auditoria do Sistema Único de Saúde - SUS treinamento ou até mesmo orientação para a equipe de auditoria e regulação do sistema municipal de saúde, sem sucesso.

Pauta-se pela necessidade de treinamento, entretanto, este não é promovido pelo Ministério da Saúde nem pela SES/MG qualquer curso atualizado para os profissionais que desempenham esta tarefa - somente é exigido. Os profissionais da auditoria do Departamento de Controle, Avaliação e Auditoria até realizaram especializações em auditoria em instituições de ensino privadas, contudo, estas especializações não contemplam as especificidades do SUS. Ora, "cabe ao DENASUS, além da realização de auditorias, o fortalecimento dos componentes estaduais e municipais do Sistema Nacional de Auditoria - SNA do SUS, visando unificar os processos e práticas de trabalho para os três entes federativos, bem como contribuir para o aperfeiçoamento organizacional, normativo e de recursos humanos dos órgãos que compõem o SNA" (Orientação para implantação de um componente do Sistema Nacional de Auditoria - SNA do Sistema Único de Saúde - SUS / Ministério da Saúde, Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa, Departamento Nacional de Auditoria do SUS - Brasília: Ministério da Saúde, 2014.).

Ademais, a RESOLUÇÃO SES Nº 2906, DE 24 DE AGOSTO DE 2011, estabelece como finalidade do Sistema Estadual de Auditoria Assistencial promover o desenvolvimento, a interação e a integração das ações e procedimentos de auditoria entre os três níveis de gestão do SUS, e promover, em sua área de atuação, cooperação técnica com os demais órgãos e entidades de controle interno e externo, federais, estaduais e municipais, além de objetivar, entre outros, contribuir para o aprimoramento e desenvolvimento da gestão dos sistemas e serviços de saúde.

Em anexo, foram apresentados quatro e-mails de solicitação de capacitação/cooperação técnica dos profissionais do Departamento de Controle, Avaliação e Auditoria da SMS de Governador Valadares (DCAA GV), a saber:

- 1) E-mail do DCAA GV para Prefeitura de Belo Horizonte, de 16/09/2021;
- 2) E-mail do DCAA GV para o DENASUS, de 30/07/2021;
- 3) E-mail do DCAA GV para o DENASUS - Núcleo Minas Gerais, de 17/09/2021;
- 4) E-mail do DCAA GV para o DENASUS - Núcleo Minas Gerais, de 07/03/2022.

Justificativa 2- Por meio de Documento S/N, datado de 07/02/2022, o Sr. E.C.D.J.(pessoa física) se manifestou da seguinte forma:

Como Gestor da Secretaria Municipal de Saúde de Governador Valadares no período de 28/01/2019 a 04/04/2020, informo que não existia, como ainda não existe, um programa de educação continuada para os profissionais responsáveis



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



como autorizadores de AIH e APAC da Secretaria Municipal de Saúde de Governador Valadares.

Entretanto, no período da minha gestão, procurei manter no exercício da função os profissionais mais capacitados e experientes no controle dos processos de autorizações de AIH e APAC.

Pode comprovar conforme informações importantes trazidas no Documento nº 41571246 - * Termo de informação do profissional médico G.W.A.S., de 11/03/2020, ANEXO II. Pelo médico auditor Dr. G.W.A.S. no TERMO DE INFORMAÇÃO datado de 11/03/2020 foi dito:

- Atua na Secretaria Municipal de Saúde com auditor/autorizador de AIH há mais ou menos 17 anos;
- Recebeu treinamento para a função com certificação;
- É nomeado para a função de auditor. Autoriza no SUS Fácil, as AIH do Hospital Bom Samaritano e Hospital Municipal de caráter de urgência e as subsequentes (outras AIH que são "extensão" da AIH principal). Quando identifica pendências, registra e, se o Hospital responde a contento, autoriza;

Dito isso, requer seja julgado procedente a presente justificativa.

- Não houve manifestação por parte do Sr. J.E.N. (pessoa física responsável).

Análise da Justificativa: Análise da Justificativa 1 - Em sua manifestação, o auditado confirmou a não conformidade ao dizer ser procedente a informação de que realmente não ocorreu treinamento específico para os autorizadores de AIH e APAC em 2019. Por outro lado, informou que foram tomadas providências com vistas à capacitação dos profissionais do Departamento de Controle, Avaliação e Auditoria da SMS de Governador Valadares e apresentou e-mails comprobatórios das solicitações de capacitações feitas ao DENASUS e à Prefeitura de Belo Horizonte. Ressalta-se que, de fato, tanto o DENASUS como a SES-MG têm a responsabilidade de cooperação técnica com os componentes municipais de auditoria; contudo, isso não exime a SMS da responsabilidade de capacitar seus profissionais. Sendo assim, a equipe de auditoria acata parcialmente as justificativas, considerando que as mesmas não são suficientes para afastar a não conformidade.

Análise da Justificativa 2 - As alegações apresentadas pelo Sr. E.C.D.J. não são suficientes para se retirar essa não conformidade, uma vez que o mesmo reafirma que "não existia, como ainda não existe, um programa de educação continuada para os profissionais responsáveis como autorizadores de AIH e APAC da Secretaria Municipal de Saúde de Governador Valadares".

Por fim, avaliando-se a manifestação apresentada, as justificativas foram parcialmente acatadas, não sendo suficientes para afastar a não conformidade.

Propõe-se a aplicação de penalidade de Advertência Escrita ao auditado.

Acatamento da Justificativa: Parcialmente

Responsável(eis)

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE GOVERNADOR VALADARES - PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR VALADARES	20.622.890/0001-80

Recomendação: Realizar treinamentos periódicos para os profissionais autorizadores de AIH e APAC, de acordo com o Manual de Operação do Sistema de Informações Ambulatoriais do SUS, versão 1.0 - outubro 2012 (Item 2.5) e com o Manual Técnico Operacional do Sistema de Informações Hospitalares do SUS, versão jan/2017, item 4.3 - ambos aprovados pela Portaria GM/MS nº 396/2000, Artigos 1º e 2º e com a Portaria de Consolidação Nº 2/2017, Anexo XXVI, Art. 10, Inciso V.

Destinatários da Recomendação

Nome	CPF/CNPJ
------	----------



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE GOVERNADOR VALADARES - PREFEITURA MUNICIPAL DE 20.622.890/0001-80
GOVERNADOR VALADARES

Grupo: Regulação

Constatação Nº: 600373

Subgrupo: Controle e Avaliação

Item: Controle Alta Complexidade

Constatação: A Secretaria Municipal de Saúde de Governador Valadares possui fluxos regulatórios para atenção em oncologia, em conformidade com as normativas do SUS.

Evidência: Durante a auditoria, verificou-se que a SMS de Governador Valadares possui definição do fluxo de acesso ao diagnóstico do câncer e à assistência de alta complexidade em oncologia. Verificou-se que:

- O Hospital Bom Samaritano, habilitado como Unidade de Assistência de Alta Complexidade em Oncologia - UNACON com Radioterapia, assumiu o compromisso e a responsabilidade perante a SMS de Governador Valadares, para cumprimento de 100% dos procedimentos da atenção em oncologia, para usuários do SUS residentes em Governador Valadares e nos municípios pactuados.
- O Serviço de Oncologia do Hospital Bom Samaritano é responsável pelo atendimento de uma população de 83 municípios, estando os mesmos distribuídos nas Macrorregiões de Saúde Leste - Governador Valadares (51 municípios) e Nordeste - Teófilo Otoni (32 municípios), abrangendo uma população estimada de 1.181.415 de pessoas.
- Para demanda de 1ª consulta em Oncologia (da população própria e dos municípios pactuados) existe a seguinte definição: a partir do momento que o paciente entrega a documentação necessária na Regulação de Oncologia do Departamento de Controle, Avaliação e Auditoria (DCAA) da SMS de Governador Valadares, é solicitado um prazo de 48 horas para avaliação da documentação pelo médico autorizador e agendamento da consulta no Núcleo de Especialidades em Oncologia (NEO) do Hospital Bom Samaritano. Registra-se que, no momento da auditoria operativa de março de 2020, não havia lista de espera no Setor de Regulação de Oncologia.
- Para autorização e realização de exames e cirurgias de pacientes do NEO, foi formalizado um fluxo de encaminhamento, em reunião realizada no dia 30/08/2019, entre profissionais do DCAA da SMS de Governador Valadares e do Hospital Bom Samaritano (incluindo o NEO). Em relação aos exames, está estabelecido que os pacientes procurem o setor responsável, do próprio NEO, para realização de exames relacionados à doença base, mediante disponibilidade imediata de agenda. Em relação aos Laudos de Autorização de Internação Hospitalar (AIH), está estabelecido que todos sejam encaminhados para autorização pelo médico auditor do DCAA da SMS de Governador Valadares (com especificidades de fluxo em relação à população própria e aos municípios pactuados).

Verificou-se ainda que, visando organizar os processos de trabalho e acompanhar a regulação dos pacientes oncológicos no sistema de saúde do Município, foi instituída a Comissão Municipal de Oncologia, por meio da Portaria Municipal nº 6.609, de 14 de novembro de 2019. Ademais, no momento da auditoria operativa de março/2020, os membros da referida Comissão encontravam-se em processo de elaboração do Manual da Comissão de Oncologia, contendo as diretrizes básicas dos trabalhos desenvolvidos pela mesma.

* Tal fato está de acordo com a Portaria de Consolidação nº 02/2017, Anexo XXVI, Artigo 10, Inciso VI e § 3º, Inciso II e com a Portaria SAS/MS nº 1.399/2019, Artigo 22, Inciso IV.

Fonte da Evidência: *Cópia do Ofício nº 165/2020/DCAA/SMS/GV, de 05/03/2020 - Resposta ao OFÍCIO/SES/AUDSUS nº115/2020 (Comunicado de Auditoria) sobre a Regulação de Oncologia;

*Cópia da Ata da reunião realizada em 30/08/2019, entre profissionais do DCAA da SMS de Governador Valadares e do Hospital Bom Samaritano, para definição do fluxo de encaminhamento dos pacientes do NEO;

*Cópia do Termo de Compromisso e Responsabilidade assinado pelos responsáveis do Hospital Bom Samaritano, em 15/03/2019, assumindo o compromisso e a responsabilidade de cumprimento de 100% dos procedimentos em oncologia;

*Cópia da Portaria Municipal nº 6.609, de 14 de novembro de 2019;

*Cópia do Manual da Comissão de Oncologia, em processo de elaboração.



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



Conformidade: Conforme

Grupo: Regulação

Constatação Nº: 600380

Subgrupo: Controle e Avaliação

Item: Contratualização

Constatação: A Comissão de Acompanhamento e Avaliação da Contratualização, instituída para avaliação do Hospital Bom Samaritano, não se reuniu no período de janeiro de 2018 a dezembro de 2019.

Evidência: Durante a auditoria, verificou-se que a Comissão de Acompanhamento e Avaliação da Contratualização do Hospital Bom Samaritano, que foi instituída pela Portaria Municipal nº 5.813, de 26 de setembro de 2017, e que tem como uma de suas competências (conforme artigos 8º e 9º da referida Portaria) acompanhar e monitorar as metas qualitativas e quantitativas, físicas e financeiras descritas no Plano Operativo Anual, a cada quatro meses, não se reuniu para realizar as suas atividades, no período de janeiro de 2018 a dezembro de 2019.

*Tal fato está em desacordo com a Portaria Municipal nº 5.813/2017, Artigos 8º e 9º, com o Termo de Convênio nº 017/2019, Cláusula Quinta - item 5.1 e com a Portaria de Consolidação nº 2/2017, Capítulo V, Anexo XXIV, Anexo 2, Artigo 32, § 1º.

Fonte da Evidência: *Cópia da Portaria Municipal nº 5.813, de 26 de setembro de 2017;

*Cópia da Ata de Reunião da Comissão de Acompanhamento da Contratualização, realizada em 12/02/2020.

*Observação in loco.

Conformidade: Não Conforme

Justificativa: Justificativa 1- Por meio do Ofício nº 005/2022/GAB/SMS, datado de 04/01/2022, a SMS de Governador Valadares (pessoa jurídica) se manifestou da seguinte forma:

"Existia Portaria de Instituição da Comissão de Avaliação da Contratualização formalizada entre o Município de Governador Valadares e a Beneficência Social Bom Samaritano, através do Convênio nº 015/2017 (conforme anexo), contudo, realmente não foram localizadas em nossos arquivos as atas que comprovassem a realização das reuniões naquele período (2018 e 2019). Está disponível junto ao DCAA para os órgãos auditores e de fiscalização a Portaria de instituição da referida comissão no ano de 2020".

Justificativa 2- Por meio de Documento S/N, datado de 07/02/2022, o Sr. E.C.D.J.(pessoa física) se manifestou da seguinte forma:

O prestador, Hospital Bom Samaritano, foi acompanhando em suas metas, conforme estabelecido pelos instrumentos de Contratualização, nos moldes estabelecidos pelo Ministério da Saúde, através dos Convênios nº 015/2017 e 017/2019 firmados entre a Secretaria Municipal de Saúde e a Beneficência Social Bom Samaritano.

O prestador sempre apresentou os relatórios quadrimestrais de execução dos respectivos convênios à SMS/GV.

Houve nomeação da Comissão de Acompanhamento e Avaliação da Contratualização no período e esta se reuniu periodicamente com reuniões ordinárias para avaliação dos relatórios quadrimestrais apresentados pelo Hospital Bom Samaritano.

Nessa linha, imperioso citar a PORTARIA MUNICIPAL Nº 6.535, DE 23 DE AGOSTO DE 2019, ANEXO III, que: "INSTITUI COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DE CONTRATUALIZAÇÃO, NOMEIA MEMBROS, ESTABELECE SUAS ATRIBUIÇÕES E DÁ PROVIDÊNCIAS CORRELATAS.

Necessária a solicitação junto a atual gestora de saúde do Município que apresente os relatórios quadrimestrais apresentados pelo prestador contratualizado, Hospital Bom Samaritano, bem como as atas de reuniões da comissão de acompanhamento e avaliação.

Dito isso, requer seja julgado procedente a presente justificativa.

- Não houve manifestação por parte do Sr. R.M.C. (pessoa física responsável).

- Não houve manifestação por parte do Sr. J.E.N. (pessoa física responsável).

Análise da Justificativa: Análise da Justificativa 1 - A justificativa apresentada pela SMS de Governador Valadares confirma os achados



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



de auditoria, ao informar que: "realmente não foram localizadas em nossos arquivos as atas que comprovassem a realização das reuniões naquele período (2018 e 2019)".

Análise da Justificativa 2 - Em sua manifestação, o Sr. E.C.D.J. informou que "Houve nomeação da Comissão de Acompanhamento e Avaliação da Contratualização no período e esta se reuniu periodicamente com reuniões ordinárias para avaliação dos relatórios trimestrais apresentados pelo Hospital Bom Samaritano". Contudo, não apresentou documentos comprobatórios da realização dessas reuniões. O Sr. E.C.D.J. ressaltou a necessidade de "solicitação junto à atual gestora de saúde do Município... das atas de reuniões da comissão de acompanhamento e avaliação". Entretanto, como se vê acima, a SMS de Governador Valadares em sua justificativa corroborou com os achados de auditoria, ao informar que não localizou tais atas em arquivo.

Por fim, analisando o conjunto das manifestações apresentadas, considera-se que não foram apresentados elementos suficientes para afastar a não conformidade.

Propõe-se a aplicação de penalidade de Advertência Escrita ao auditado.

Acatamento da Justificativa: Não

Responsável(eis)

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE GOVERNADOR VALADARES - PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR VALADARES	20.622.890/0001-80

Recomendação: Realizar reuniões periódicas, conforme regimento, dos membros da Comissão de Acompanhamento e Avaliação da Contratualização, instituída para avaliação do Hospital Bom Samaritano, de acordo com a Portaria Municipal nº 5.813/2017, Artigos 8º e 9º, com o Termo de Convênio nº 017/2019, Cláusula Quinta - item 5.1 e com a Portaria de Consolidação nº 2/2017, Capítulo V, Anexo XXIV, Anexo 2, Artigo 32, § 1º.

Destinatários da Recomendação

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE GOVERNADOR VALADARES - PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR VALADARES	20.622.890/0001-80

Grupo: Recursos Financeiros

Constatação Nº: 599506

Subgrupo: Fundo a Fundo

Item: Movimentação Financeira

Constatação: Atraso no repasse do recurso financeiro Estadual de Incentivo ao Programa Rede Resposta pela Secretaria Municipal de Saúde de Governador Valadares ao Hospital Bom Samaritano, no exercício de 2018.

Evidência: Mediante análise da documentação financeira de 2018, constatou-se o atraso do repasse dos recursos financeiros provenientes do Fundo Estadual de Saúde (FES) de incentivo do Programa Rede Resposta Estadual, que tem como finalidade o custeio das equipes de Urgência e Emergência dos prestadores hospitalares, pela Secretaria Municipal de Saúde de Governador Valadares ao Hospital Bom Samaritano.

Apurou-se que era devido ao Hospital Bom Samaritano um montante mensal de R\$ 150.000,00 (Cento e cinquenta mil reais) de incentivo ao Programa Rede Resposta e que o Município realizou todos os repasses do ano de 2018.

Contudo, considerando o Termo de Compromisso do Rede Resposta nº 315/5233, que prevê que o Município tem 05 (cinco) dias úteis para repassar o recurso do incentivo ao hospital, pode-se observar no Anexo I (Tabela I) deste relatório,



que ocorreram atrasos no repasse dos recursos financeiros da seguinte ordem:

- Na competência de fevereiro de 2018, de 10 (dez) dias no valor de R\$ 150.000,00 (Cento e cinquenta mil reais) e na competência de dezembro de 2018, de 31 (trinta e um) dias no valor de R\$ 112.500,00 (Cento e doze mil e quinhentos reais).

*Tal fato está em desacordo com o Termo de Compromisso nº 315/5233, Cláusula Segunda - Das Obrigações, inciso I - Ao Município/SMS, Alínea a e Cláusula Terceira - Do Orçamento dos Recursos Financeiros, parágrafo 10, inciso III e com o Decreto Estadual nº 45.468 de 13/09/2010, art.1º e art.12.

Fonte da Evidência: - Relatório original emitido pela área técnica do Setor Financeiro da Coordenação do Programa Rede Resposta do Nível Central da SES-MG, encaminhado por e-mail à equipe de auditoria, em 03/03/2020;

- Extratos bancários originais da conta corrente: 108.980-3 FMS Governador Valadares Programa Rede Resposta, agência: 166-X, BB, do período de janeiro a dezembro de 2018;

- Cópias de Notas de Empenho e sub-empenho do ano de 2018: Nº 902965 747, Nº 905369 747-3, Nº 908063 747-4, Nº 911152 747-5, Nº 911153 747-6, Nº 914397 9980-1, Nº 914277 747, Nº 916296 9980-2, Nº 918094 9980-4, Nº 918095 9980-5, Nº 919595 9980-6, Nº 900319 778-1 e Nº 902264 778-3;

- Cópia do Termo de Compromisso nº 315/5233, celebrado entre a Secretaria Estadual de Saúde e o Município de Governador Valadares, assinado em 12/12/2016.

Conformidade: Não Conforme

Justificativa: Justificativa 1- Por meio do Ofício nº 005/2022/GAB/SMS, datado de 04/01/2022, a SMS de Governador Valadares (pessoa jurídica) se manifestou da seguinte forma:

"Os prazos para repasses são os instituídos nas respectivas Resoluções/Portarias de repasses, contudo, entendemos que deve haver adequação à Lei nº 4.320 de 1964, a qual condiciona a liquidação e pagamento das despesas realizadas, ao prévio empenho das mesmas. Tal atraso provavelmente ocorreu devido à transição entre sistemas contábeis na Prefeitura Municipal de Governador Valadares, ou seja, na transição do sistema Maqsupply para o sistema E&L, o que redundou em algumas inconsistências quando da integração entre os dois sistemas. Ressalta-se que tal problema acontece, ocasionalmente, até nos dias atuais, em decorrência das datas de lançamento dos empenhos no sistema E&L, utilizado de forma padronizada por todos os órgãos da PMGV como o seu sistema contábil oficial, inclusive para prestações de contas junto ao TCE e TCU. Devido aos diversos problemas verificados neste sistema atual, o Município já vem adotando medidas para a implantação de um outro sistema mais moderno e adequado às suas demandas de coordenação e controle relacionadas à execução orçamentária, financeira e de controle patrimonial/contábil, em substituição ao E&L".

Justificativa 2- Por meio de Documento S/N, datado de 07/02/2022, o Sr. E.C.D.J.(pessoa física) se manifestou da seguinte forma:

Como Gestor da Secretaria Municipal de Saúde de Governador Valadares no período de 28/01/2019 a 04/04/2020, repassei todos os recursos recebidos através do Fundo Municipal de Saúde, para posterior repasse ao prestador de serviços, Hospital Bom Samaritano.

Contudo a Prefeitura Municipal de Governador Valadares, gestão 2017/2020, optou pela centralização de várias operações. Essa transição entre sistemas contábeis na Prefeitura Municipal de Governador Valadares com a da Secretaria Municipal de Saúde, e ainda a condição de liquidação e pagamento das despesas realizadas, ao prévio empenho das mesmas, gerou durante a gestão o descumprimento dos prazos.

Assim sendo, requer seja julgado procedente a presente justificativa.

- Não houve manifestação por parte do Sr. R.M.C. (pessoa física responsável).

- Não houve manifestação por parte do Sr. J.E.N. (pessoa física responsável).

Análise da Justificativa: Análise da Justificativa 1: Avaliando a manifestação da SMS Governador Valadares, a equipe de auditoria concluiu que a mesma confirma a não conformidade e apresenta como justificativa para o atraso do repasse, inconsistências devido à transição entre os sistemas contábeis da Prefeitura. Contudo, essa justificativa não afasta a não conformidade, pois cabe à SMS Governador Valadares zelar pela agilidade e pelo cumprimento das cláusulas referentes aos prazos para repasse de recursos financeiros contidas no Termo de Compromisso



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



assinado. Ademais, não foi apresentada documentação comprobatória das alegações.

Análise da Justificativa 2: Avaliando a manifestação do Sr. E.C.D.J., a equipe de auditoria concluiu que a mesma não é suficiente para afastar a não conformidade, pois apesar do Sr. E.C.D.J. apresentar como justificativa do atraso do repasse do recurso financeiro, a centralização das operações financeiras pela gestão da Prefeitura Municipal de Governador Valadares e afirmar que como Gestor do Fundo Municipal de Saúde tomou todas as medidas necessárias para que o repasse fosse efetivado ao Hospital, cabia a ele acompanhar e cobrar da Prefeitura agilidade no repasse do recurso financeiro, pois tratava-se de um recurso que estava sob a sua responsabilidade como gestor do FMS. Ademais, não foi apresentada documentação comprobatória das alegações.

Por fim, analisando o conjunto das manifestações apresentadas, considera-se que não foram apresentados elementos suficientes para afastar a não conformidade.

Propõe-se a aplicação de penalidade de Advertência Escrita ao auditado.

Acatamento da Justificativa: Não

Responsável(eis)

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE GOVERNADOR VALADARES - PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR VALADARES	20.622.890/0001-80

Recomendação: Efetuar o repasse do recursos financeiros Estadual de Incentivo ao Programa Rede Resposta ao Hospital Bom Samaritano dentro do prazo, conforme preconizado no Termo de Compromisso nº 315/5233, Cláusula Segunda - Das Obrigações, inciso I - Ao Município/SMS, Alínea a e Cláusula Terceira - Do Orçamento dos Recursos Financeiros, parágrafo 10, inciso III e no Decreto Estadual nº 45.468 de 13/09/2010, art.1º e art.12.

Grupo: Recursos Financeiros

Constatação Nº: 599507

Subgrupo: Fundo a Fundo

Item: Movimentação Financeira

Constatação: Atraso no repasse do recurso financeiro Estadual de Incentivo ao Programa Rede Resposta pela Secretaria Municipal de Saúde de Governador Valadares ao Hospital Bom Samaritano, no exercício de 2019.

Evidência: Mediante análise da documentação financeira de 2019, constatou-se atraso do repasse dos recursos financeiros provenientes do Fundo Estadual de Saúde (FES) de incentivo do Programa Rede Resposta Estadual, que tem como finalidade apoiar os prestadores hospitalares no custeio das equipes de Urgência e Emergência, pela Secretaria Municipal de Saúde de Governador Valadares ao Hospital Bom Samaritano.

Apurou-se que era devido ao Hospital Bom Samaritano um montante mensal de R\$ 150.000,00 (Cento e cinquenta mil reais) de incentivo ao Programa Rede Resposta e, como pode-se observar no Anexo I (Tabela I) deste relatório, estes valores não foram repassados pelo Município ao Hospital no prazo de 05 (cinco) dias úteis, conforme previsto no Termo de Compromisso nº 315/5233. Verificou-se que em 2019 ocorreram atrasos no repasse dos recursos financeiros da seguinte ordem:

- Na competência de janeiro de 2019, de 05 (cinco) dias do valor de R\$ 37.500,00 (trinta e sete mil e quinhentos reais);
- Na competência de maio de 2019, de 45 (quarenta e cinco) dias do valor de R\$ 150.000,00 (Cento e cinquenta mil reais) e
- Na competência de setembro de 2019, de 30 (trinta) dias do valor de R\$ 150.000,00 (Cento e cinquenta mil reais).

* Tal fato está em desacordo com o Termo de Compromisso nº 315/5233, Cláusula Segunda - Das Obrigações, inciso I - Ao Município/SMS, Alínea a e com o Decreto Estadual nº 45.468 de 13/09/2010, art.1º.



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



Fonte da Evidência: - Relatório original emitido pela área técnica do Setor Financeiro da Coordenação do Programa Rede Resposta do Nível Central da SES-MG, encaminhado por e-mail à equipe de auditoria, em 03/03/2020;

- Extratos bancários originais da Conta Corrente: 108.980-3 FMS Governador Valadares Programa Rede Resposta, agência: 166-X, BB, do período de janeiro a dezembro de 2019;
- Cópias das Notas de liquidação e sub-empenho do ano de 2019: Nº 901699 778-2, Nº 902973 778-4, Nº 8047 778-5, Nº 8048 778-6, Nº 9888 - 788-8, Nº 12697 - 778-9, Nº 12698 - 778-10, Nº 8601 - 778-9, Nº 15865 - 778-11, Nº 22031 - 4349-1, Nº 22035 4349 -2, Nº 24540 4349 3, Nº 28642 19266-1, Nº 234121 4349 -4 e Nº 34787 - 20.662-1.
- Cópia do Termo de Compromisso nº 315/5233 celebrado entre a Secretaria Estadual de Saúde de Minas Gerais e o Município de Governador Valadares, assinado em 12/12/2016.

Conformidade: Não Conforme

Justificativa: Justificativa 1- Por meio do Ofício nº 005/2022/GAB/SMS, datado de 04/01/2022, a SMS de Governador Valadares (pessoa jurídica) se manifestou da seguinte forma:

"Os prazos para repasses são os instituídos nas respectivas Resoluções/Portarias de repasses, contudo, entendemos que deve haver adequação à Lei nº 4.320 de 1964, a qual condiciona a liquidação e pagamento das despesas realizadas, ao prévio empenho das mesmas. Tal atraso provavelmente ocorreu devido à transição entre sistemas contábeis na Prefeitura Municipal de Governador Valadares, ou seja, na transição do sistema Maqsupply para o sistema E&L, o que redundou em algumas inconsistências quando da integração entre os dois sistemas. Ressalta-se que tal problema acontece, ocasionalmente, até nos dias atuais, em decorrência das datas de lançamento dos empenhos no sistema E&L, utilizado de forma padronizada por todos os órgãos da PMGV como o seu sistema contábil oficial, inclusive para prestações de contas junto ao TCE e TCU. Devido aos diversos problemas verificados neste sistema atual, o Município já vem adotando medidas para a implantação de um outro sistema mais moderno e adequado às suas demandas de coordenação e controle relacionadas à execução orçamentária, financeira e de controle patrimonial/contábil, em substituição ao E&L".

Justificativa 2- Por meio de Documento S/N, datado de 07/02/2022, o Sr. E.C.D.J.(pessoa física) se manifestou da seguinte forma:

Como Gestor da Secretaria Municipal de Saúde de Governador Valadares no período de 28/01/2019 a 04/04/2020, repassei todos os recursos recebidos através do Fundo Municipal de Saúde, para posterior repasse ao prestador de serviços, Hospital Bom Samaritano.

Contudo a Prefeitura Municipal de Governador Valadares, gestão 2017/2020, optou pela centralização de várias operações. Essa transição entre sistemas contábeis na Prefeitura Municipal de Governador Valadares com a da Secretaria Municipal de Saúde, e ainda a condição de liquidação e pagamento das despesas realizadas, ao prévio empenho das mesmas, gerou durante a gestão o descumprimento dos prazos.

Assim sendo, requer seja julgado procedente a presente justificativa.

Análise da Justificativa: Análise da Justificativa 1: Avaliando a manifestação da SMS Governador Valadares, a equipe de auditoria concluiu que a mesma confirma a não conformidade e apresenta como justificativa para o atraso do repasse, inconsistências devido à transição entre os sistemas contábeis da Prefeitura. Contudo, essa justificativa não afasta a não conformidade, pois cabe à SMS Governador Valadares zelar pela agilidade e pelo cumprimento das cláusulas referentes aos prazos para repasse de recursos financeiros contidas no Termo de Compromisso assinado. Ademais, não foi apresentada documentação comprobatória das alegações.

Análise da Justificativa 2: Avaliando a manifestação do Sr. E.C.D.J., a equipe de auditoria concluiu que a mesma não é suficiente para afastar a não conformidade, pois apesar do Sr. E.C.D.J. apresentar como justificativa do atraso do repasse do recurso financeiro, a centralização das operações financeiras pela gestão da Prefeitura Municipal de Governador Valadares e afirmar que como Gestor do Fundo Municipal de Saúde tomou todas as medidas necessárias para que o repasse fosse efetivado ao Hospital, cabia a ele acompanhar e cobrar da Prefeitura agilidade no repasse do recurso financeiro, pois tratava-se de um recurso que estava sob a sua responsabilidade como gestor do FMS. Ademais, não foi apresentada documentação comprobatória das alegações.

Por fim, analisando o conjunto das manifestações apresentadas, considera-se que não foram apresentados



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



elementos suficientes para afastar a não conformidade.

Propõe-se a aplicação de penalidade de Advertência Escrita ao auditado.

Acatamento da Justificativa: Não

Responsável(eis)

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE GOVERNADOR VALADARES - PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR VALADARES	20.622.890/0001-80

Recomendação: Efetuar o repasse do recursos financeiros Estadual de Incentivo ao Programa Rede Resposta ao Hospital Bom Samaritano dentro do prazo, conforme preconizado no Termo de Compromisso nº 315/5233, Cláusula Segunda - Das Obrigações, inciso I - Ao Município/SMS, Alínea a e Cláusula Terceira - Do Orçamento dos Recursos Financeiros, parágrafo 10, inciso III e no Decreto Estadual nº 45.468 de 13/09/2010, art.1º e art.12.

Destinatários da Recomendação

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE GOVERNADOR VALADARES - PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR VALADARES	20.622.890/0001-80

Grupo: Recursos Financeiros

Constatação Nº: 619932

Subgrupo: Fundo a Fundo

Item: Movimentação Financeira

Constatação: Retenção pela Secretaria Municipal de Saúde de Governador Valadares do recurso financeiro Estadual de Incentivo ao Programa Rede Resposta devido ao Hospital Bom Samaritano, no exercício de 2019.

Evidência: Mediante análise da documentação financeira de 2019, constatou-se a retenção do repasse de recurso financeiro provenientes do Fundo Estadual de Saúde (FES) de incentivo do Programa Rede Resposta Estadual, que tem como finalidade o custeio das equipes de Urgência e Emergência dos prestadores hospitalares, pela Secretaria Municipal de Saúde de Governador Valadares ao Hospital Bom Samaritano.

Apurou-se que era devido ao Hospital Bom Samaritano um montante mensal de R\$ 150.000,00 (Cento e cinquenta mil reais) de incentivo ao Programa Rede Resposta.

Verificou-se que o valor de R\$ 150.000,00 (Cento e cinquenta mil reais), da competência de novembro 2019, foi repassado pelo FES em 26/12/2019, contudo, avaliando o extrato bancário da conta corrente FMS Governador Valadares Rede Resposta: 108.980-X, agência 166-X, Banco do Brasil, apurou-se que até dia 31.12.2019 este montante não havia sido repassado ao Hospital Bom Samaritano, configurando assim, a retenção do valor devido.

* Tal fato está em desacordo com o Termo de Compromisso nº 315/5233, Cláusula Terceira - Do Orçamento dos Recursos Financeiros, parágrafo 10, inciso III e Decreto Estadual nº 45.469 de 13/09/2010, art.1º e art. 12.

Fonte da Evidência: - Relatório original emitido pela área técnica do Setor Financeiro da Coordenação do Programa Rede Resposta do Nível Central da SES-MG, encaminhado por e-mail à equipe de auditoria, em 03/03/2020;

- Extratos bancários originais da Conta Corrente: 108.980-3 FMS Governador Valadares Programa Rede Resposta, agência: 166-X, BB, do período de janeiro a dezembro de 2019;

- Cópias das Notas de liquidação e sub-empenho do ano de 2019: Nº 901699 778-2, Nº 902973 778-4, Nº 8047 778-5, Nº 8048 778-6, Nº 9888 - 788-8, Nº 12697 - 778-9, Nº 12698 - 778- 10, Nº 8601 - 778-9, Nº 15865 - 778-11, Nº 22031 - 4349-1, Nº 22035 4349 -2, Nº 24540 4349 3, Nº 28642 19266-1, Nº 234121 4349 -4 e Nº 34787 - 20.662-1.

- Cópia do Termo de Compromisso nº 315/5233 celebrado entre a Secretaria Estadual de Saúde de Minas Gerais e o Município de Governador Valadares, assinado em 12/12/2016.



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



Conformidade: Não Conforme

Justificativa: Justificativa 1- Por meio do Ofício nº 005/2022/GAB/SMS, datado de 04/01/2022, a SMS de Governador Valadares (pessoa jurídica) se manifestou da seguinte forma:

"Os prazos para repasses são os instituídos nas respectivas Resoluções/Portarias de repasses, contudo, entendemos que deve haver adequação à Lei nº 4.320 de 1964, a qual condiciona a liquidação e pagamento das despesas realizadas, ao prévio empenho das mesmas. Tal atraso provavelmente ocorreu devido à transição entre sistemas contábeis na Prefeitura Municipal de Governador Valadares, ou seja, na transição do sistema Maqsupply para o sistema E&L, o que redundou em algumas inconsistências quando da integração entre os dois sistemas. Ressalta-se que tal problema acontece, ocasionalmente, até nos dias atuais, em decorrência das datas de lançamento dos empenhos no sistema E&L, utilizado de forma padronizada por todos os órgãos da PMGV como o seu sistema contábil oficial, inclusive para prestações de contas junto ao TCE e TCU. Devido aos diversos problemas verificados neste sistema atual, o Município já vem adotando medidas para a implantação de um outro sistema mais moderno e adequado às suas demandas de coordenação e controle relacionadas à execução orçamentária, financeira e de controle patrimonial/contábil, em substituição ao E&L".

Justificativa 2- Por meio de Documento S/N, datado de 07/02/2022, o Sr. E.C.D.J.(pessoa física) se manifestou da seguinte forma:

Como Gestor da Secretaria Municipal de Saúde de Governador Valadares no período de 28/01/2019 a 04/04/2020, repassei todos os recursos recebidos através do Fundo Municipal de Saúde, para posterior repasse ao prestador de serviços, Hospital Bom Samaritano.

Contudo a Prefeitura Municipal de Governador Valadares, gestão 2017/2020, optou pela centralização de várias operações. Essa transição entre sistemas contábeis na Prefeitura Municipal de Governador Valadares com a da Secretaria Municipal de Saúde, e ainda a condição de liquidação e pagamento das despesas realizadas, ao prévio empenho das mesmas, gerou durante a gestão o descumprimento dos prazos.

Assim sendo, requer seja julgado procedente a presente justificativa.

Análise da Justificativa: Análise da Justificativa 1: Analisando a manifestação da SMS Governador Valadares (pessoa jurídica), que baseia-se no fato de que a retenção e o atraso do repasse do recurso financeiro de Incentivo ao Rede Resposta para o Hospital Bom Samaritano ocorreu devido à transição de sistemas contábeis da Prefeitura Municipal de Governador Valadares, conclui-se que a mesma não é suficiente para afastar a não conformidade, pois cabe à gestão da saúde buscar alternativas para efetuar o repasse dos recursos financeiros em conformidade com os Termos de Compromisso acordados. Ademais, não foi apresentada documentação comprobatória das alegações.

Análise da Justificativa 2: Analisando a manifestação do Sr. E.C.D.J. (pessoa física) que baseia-se no fato de que houve uma mudança na forma/sistema de pagamento das despesas pela Prefeitura Municipal de Governador Valadares e que com isso, apesar dele ter realizados todos os procedimentos para que os pagamentos fossem realizados dentro dos prazos, houve atrasos e descumprimento dos prazos pela Prefeitura, conclui-se que esses argumentos não são suficientes para afastar a não conformidade, pois cabe ao Gestor Municipal de Saúde acompanhar todo o processo contábil de repasse dos recursos, zelando para que os prazos sejam cumpridos conforme acordado em Termo de Compromisso. Ademais, não foi apresentada documentação comprobatória das alegações.

Por fim analisando o conjunto das manifestações e dos documentos apresentados, considera-se que não foram apresentados elementos suficientes para afastar a não conformidade.

Propõe-se a aplicação da penalidade de Advertência Escrita ao auditado.

Acatamento da Justificativa: Não

Responsável(eis)

Nome

CPF/CNPJ

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE GOVERNADOR VALADARES - PREFEITURA MUNICIPAL DE



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



GOVERNADOR VALADARES

20.622.890/0001-80

Recomendação: A SMS Governador Valadares deve realizar os repasses relativos ao Incentivo Estadual do Programa Rede Resposta, dentro do prazo, de acordo com o que prega o Termo de Compromisso nº 315/5233, Cláusula Terceira - Do Orçamento dos Recursos Financeiros, parágrafo 10, inciso III e Decreto Estadual nº 45.469 de 13/09/2010, art.1º e art. 12.

Destinatários da Recomendação

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE GOVERNADOR VALADARES - PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR VALADARES	20.622.890/0001-80

Grupo: Recursos Financeiros

Constatação Nº: 600040

Subgrupo: Fundo a Fundo

Item: Movimentação Financeira

Constatação: Atraso no repasse do recurso financeiro Estadual de Incentivo ao Programa de Fortalecimento Hospitalar (Pro-Hosp) pela Secretaria Municipal de Saúde de Governador Valadares ao Hospital Bom Samaritano, no exercício de 2018.

Evidência: Mediante análise da documentação financeira de 2018 e 2019, constatou-se atraso do repasse dos recursos financeiros de incentivo do Programa de Fortalecimento Hospitalar, pela Secretaria Municipal de Saúde de Governador Valadares ao Hospital Bom Samaritano, no ano de 2018. Esses recursos são provenientes do Fundo Estadual de Saúde (FES) e têm como finalidade promover a reestruturação e a melhoria da qualidade da assistência hospitalar ofertada aos usuários do SUS.

Apurou-se que era devido ao Hospital Bom Samaritano um montante de R\$ 325.377,88 (Trezentos e vinte e cinco mil, trezentos e setenta e sete reais e oitenta e oito centavos), em cada quadrimestre, de incentivo do Pro-Hosp, conforme Termo de Compromisso nº 315/5737, datado de 01/07/2017, assinado pela SES-MG e pela SMS Governador Valadares, tendo o Hospital como um dos beneficiários.

Verificou-se também (ver Anexo II - Tabela II) que os montantes referentes ao 2º e ao 3º quadrimestres de 2017 foram repassados pelo Fundo Estadual de Saúde (FES) ao Fundo Municipal de Saúde de Governador Valadares (FMS-GV), no exercício de 2018, no valor acordado. Entretanto, os valores referentes ao 1º quadrimestre de 2018, ao 1º quadrimestre de 2019 e ao 2º quadrimestre de 2019, pagos parte no exercício de 2018 e parte no exercício de 2019, foram repassados consecutivamente a menor do valor acordado: R\$ 249.914,03 (Duzentos e quarenta e nove mil, novecentos e quatorze reais e três centavos), o equivalente a 76,49%, R\$ 305.041,45 (Trezentos e cinco mil, quarenta e um reais e quarenta e cinco centavos), igual a 93,74% e R\$ 61.008,36 (Sessenta e um mil, oito reais e trinta e seis centavos), o equivalente a 18,75%. O 2º e o 3º quadrimestres de 2018 não foram repassados pelo FES ao FMS - GV. No Relatório Técnico elaborado pela Coordenação do Pro-Hosp da SES-MG consta a informação de que estes pagamentos se encontravam pendentes.

Esclarecemos que a equipe de auditores avaliou apenas os valores efetivamente repassados pela SES-MG. Desta forma, averiguou-se que o Município realizou todos os repasses dos anos de 2018 e 2019 e que os repasses de 2019 foram feitos em dia (ver Tabela II em anexo). Entretanto, considerando o Termo de Compromisso nº 315/5737, que prevê que o Município tem 05 (cinco) dias úteis para repassar o recurso do incentivo ao hospital, ocorreram atrasos no repasse dos recursos financeiros (ver Tabela II em anexo), no exercício de 2018, da seguinte ordem: no pagamento dos 50% do 3º quadrimestre de 2017, de 08 (oito) dias; no pagamento dos 25% do 3º quadrimestre de 2017, de 04 (quatro) dias; no pagamento dos 25% do 3º quadrimestre, de 02 (dois) dias e no pagamento dos 25% do 1º quadrimestre de 2018, de 03 (três) dias.

*Tal fato está em desacordo com o Termo de Compromisso nº 315/5737 de 01/07/2017, Cláusula Segunda - Das Obrigações, inciso I - Ao Município, alínea a; e com o Decreto Estadual nº 45.468 de 13/09/2010, art.1º e art. 12.

Fonte da Evidência: - Relatório original emitido pela área técnica do Setor Financeiro da Coordenação do Programa de Fortalecimento Hospitalar (Pro-Hosp) do Nível Central da SES-MG, encaminhado à equipe de auditoria por e-mail, em 04/03/2020;



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



- Extratos bancários originais da Conta Corrente: 35.984-X FMS Governador Valadares Programa de Fortalecimento Hospitalar, agência: 2296-9, BB, do período de janeiro de 2018 a dezembro de 2019;
- Cópias de Notas de Empenho (NE) e sub-empenho Notas de Liquidação (NL) e Estimativo de 2018 e 2019: nº: NE nº 906866 sub-empenho nº 746-1, NE nº 10514 ordinário, NE nº 913232 sub-empenho nº 11668-1, NE nº 916292 sub-empenho nº 11668-2 e NE nº 916704 sub-empenho nº 11668-3. Notas de Liquidação 2019 e estimativo: NL nº 228/2019, NL nº 12146 - Estimativo nº 1668/2018-1, NL nº 15861 - Estimativo nº 1668/2018-2, NL nº 22870 - Estimativo nº 9979/2018-1, NL nº 22877 - Estimativo nº 9979/2018-2, NL nº 24549 - Estimativo nº 9979/2018-3, NL nº 26177- Estimativo nº 9979/2018-4, NL nº 28827- Estimativo nº 9979/2018-5, NL nº 34784 - Estimativo nº 9979/2018 e NL nº 35785 - Estimativo nº 9979/2018-7;
- Cópia do Termo de Compromisso nº 315/5733 celebrado entre a Secretaria Estadual de Saúde de Minas Gerais e o Município de Governador Valadares, assinado em 01/07/2017.

Conformidade: Não Conforme

Justificativa: Justificativa 1- Por meio do Ofício nº 005/2022/GAB/SMS, datado de 04/01/2022, a SMS de Governador Valadares (pessoa jurídica) se manifestou da seguinte forma:

"Os prazos para repasses são os instituídos nas respectivas Resoluções/Portarias de repasses, contudo, entendemos que deve haver adequação à Lei nº 4.320 de 1964, a qual condiciona a liquidação e pagamento das despesas realizadas, ao prévio empenho das mesmas. Tal atraso provavelmente ocorreu devido à transição entre sistemas contábeis na Prefeitura Municipal de Governador Valadares, ou seja, na transição do sistema Maqsupply para o sistema E&L, o que redundou em algumas inconsistências quando da integração entre os dois sistemas. Ressalta-se que tal problema acontece, ocasionalmente, até nos dias atuais, em decorrência das datas de lançamento dos empenhos no sistema E&L, utilizado de forma padronizada por todos os órgãos da PMGV como o seu sistema contábil oficial, inclusive para prestações de contas junto ao TCE e TCU. Devido aos diversos problemas verificados neste sistema atual, o Município já vem adotando medidas para a implantação de um outro sistema mais moderno e adequado às suas demandas de coordenação e controle relacionadas à execução orçamentária, financeira e de controle patrimonial/contábil, em substituição ao E&L".

Justificativa 2- Por meio de Documento S/N, datado de 07/02/2022, o Sr. E.C.D.J.(pessoa física) se manifestou da seguinte forma:

Como Gestor da Secretaria Municipal de Saúde de Governador Valadares no período de 28/01/2019 a 04/04/2020, repassei todos os recursos recebidos através do Fundo Municipal de Saúde, para posterior repasse ao prestador de serviços, Hospital Bom Samaritano.

Contudo a Prefeitura Municipal de Governador Valadares, gestão 2017/2020, optou pela centralização de várias operações. Essa transição entre sistemas contábeis na Prefeitura Municipal de Governador Valadares com a da Secretaria Municipal de Saúde, e ainda a condição de liquidação e pagamento das despesas realizadas, ao prévio empenho das mesmas, gerou durante a gestão o descumprimento dos prazos.

Assim sendo, requer seja julgado procedente a presente justificativa.

- Não houve manifestação por parte do Sr. R.M.C. (pessoa física responsável).

- Não houve manifestação por parte do Sr. J.E.N. (pessoa física responsável).

Análise da Justificativa: Análise da Justificativa 1: Analisando a manifestação da SMS Governador Valadares (pessoa jurídica), que baseia-se no fato de que a retenção e o atraso do repasse do recurso financeiro do Programa de Fortalecimento Hospitalar (Pro-Hosp) ocorreu devido a transição do sistemas contábeis da Prefeitura Municipal de Governador Valadares, conclui-se que a mesma não é suficiente para afastar a não conformidade, pois cabe à gestão da saúde buscar alternativas para efetuar o repasse dos recursos financeiros em conformidade com os Termos de Compromisso acordados. Ademais, não foi apresentada documentação comprobatória das alegações.

Análise da Justificativa 2: Analisando a manifestação do Sr. E.C.D.J. (pessoa física), que baseia-se no fato de que houve uma mudança na forma/sistema de pagamento das despesas pela Prefeitura Municipal de Governador Valadares e que com isso, apesar dele ter realizados todos os procedimentos para que o



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



pagamento fosse realizado dentro dos prazos, houve atrasos e descumprimento dos prazos pela Prefeitura, conclui-se que esses argumentos não são suficientes para afastar a não conformidade, pois cabe ao Gestor Municipal de Saúde acompanhar todo o processo contábil de repasse dos recursos, zelando para que os prazos sejam cumpridos conforme acordado em Termo de Compromisso. Ademais, não foi apresentada documentação comprobatória das alegações.

Por fim analisando o conjunto das manifestações e dos documentos apresentados, considera-se que não foram apresentados, elementos suficientes para afastar a não conformidade.

Propõe-se a aplicação da penalidade de Advertência Escrita ao auditado.

Acatamento da Justificativa: Não

Responsável(eis)

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE GOVERNADOR VALADARES - PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR VALADARES	20.622.890/0001-80

Recomendação: A SMS Governador Valadares deve repassar o recurso financeiro Estadual de Incentivo ao Programa de Fortalecimento Hospitalar (Pro-Hosp) ao Hospital Bom Samaritano dentro do prazo, conforme o estabelecido no Termo de Compromisso nº 315/5737 de 01/07/2017, Cláusula Segunda - Das Obrigações, inciso I - Ao Município, alínea a; e com o Decreto Estadual nº 45.468 de 13/09/2010, art. 1º e art. 12.

Destinatários da Recomendação

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE GOVERNADOR VALADARES - PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR VALADARES	20.622.890/0001-80

VI - RESULTADO DA DENÚNCIA

Fato: Ausência de controle, avaliação e auditoria por parte da SMS de Governador Valadares da assistência prestada e do faturamento realizado pelo Hospital Bom Samaritano aos usuários do SUS

Tipo: Gestão - Assistência Demanda Nº: 82996

Fato: Irregularidades no faturamento de exames anatomopatológicos realizados pelo Laboratório Examinare;

Tipo: Cobrança - Indevida - Procedimento não realizado Demanda Nº: 82996

Fato: Irregularidades no fluxo e no faturamento dos procedimentos cirúrgicos oncológicos pelo Hospital Bom Samaritano

Tipo: Assistência - Funcionamento - Acesso a Internações Cirúrgicas Demanda Nº: 82996

Fato: Cobrança indevida de taxa extra a usuários do SUS para realização de cirurgias oncológicas no Hospital Bom Samaritano

Tipo: Cobrança - Indevida - Suplementar ao usuário Demanda Nº: 82996

Fato: Irregularidade na execução dos recursos de Incentivos Financeiros Estaduais referentes aos Programas Pro-HOSP e Rede Resposta pelo Hospital Bom Samaritano

Tipo: Recursos Financeiros - Utilização de Recursos SUS Demanda Nº: 82996

Fato: Irregularidades no faturamento de procedimentos ambulatoriais referentes a exames de imagem (tomografia e ressonância magnética) e oncologia (quimioterapia e radioterapia) pelo Hospital Bom Samaritano

Tipo: Cobrança - Indevida - Procedimento não realizado Demanda Nº: 82996



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



Fato: Irregularidade no faturamento de procedimentos de hemodiálise realizados pelo Instituto de Nefrologia Hospital - Bom Samaritano

Tipo: Cobrança - Indevida - Procedimento não realizado

Demanda Nº: 82996

VII - CADASTRO DA NOTIFICAÇÃO

Origem: Diretoria de Auditoria Assistencial

Data: 17/11/2021

Ofício Nº: 7712021

Data: 17/11/2021

Observações: Ofício relatório preliminar pessoa Jurídica – C.M.S.

Origem: Diretoria de Auditoria Assistencial

Data: 17/11/2021

Ofício Nº: 7722021

Data: 17/11/2021

Observações: Ofício relatório preliminar pessoa física – R.M.C.

Origem: Diretoria de Auditoria Assistencial

Data: 17/11/2021

Ofício Nº: 7732021

Data: 17/11/2021

NOTIFICADOS - PESSOA FÍSICA

CPF:	Nome:	Cargo:	Início:	Término:

Observações: Ofício relatório preliminar pessoa física

Origem: Diretoria de Auditoria Assistencial

Data: 17/11/2021

Ofício Nº: 7742021

Data: 17/11/2021

NOTIFICADOS - PESSOA FÍSICA

CPF:	Nome:	Cargo:	Início:	Término:

Observações: Ofício relatório preliminar pessoa física

Origem: Diretoria de Auditoria Assistencial

Data: 17/11/2021

Ofício Nº: 7752021

Data: 17/11/2021

NOTIFICADOS - PESSOA FÍSICA

CPF:	Nome:	Cargo:	Início:	Término:

Observações: Ofício relatório preliminar pessoa física

Origem: Diretoria de Auditoria Assistencial

Data: 17/11/2021

Ofício Nº: 7762021

Data: 17/11/2021

NOTIFICADOS - PESSOA FÍSICA

CPF:	Nome:	Cargo:	Início:	Término:

Observações: Ofício relatório preliminar pessoa física



VIII - REGISTRO FINAL SOBRE A NOTIFICAÇÃO

Por meio do Ofício SES/AUDSUS nº 771/2021 foi encaminhado o Relatório Preliminar de Auditoria nº. 617 à Secretaria Municipal de Saúde de Governador Valadares para conhecimento e manifestação, o qual foi recebido em 14/12/2021, conforme Aviso de Recebimento dos Correios anexo ao processo de auditoria. Foram também encaminhados os Ofícios SES/AUDSUS nº. 772/2021, nº 773/2021, nº 774/2021 e nº 775/2021, juntamente com o Relatório Preliminar, aos Srs. R.M.C., J.E.N., G.W.A.S. e E.C.D.J. (pessoas físicas responsabilizáveis à época dos fatos), para conhecimento e manifestação, os quais foram recebidos entre os dias 26 e 29/11/2021, conforme Avisos de Recebimento dos Correios anexos ao processo de auditoria.

O auditado encaminhou, por meio do Ofício nº 2165/2021, solicitação para prorrogação do prazo para manifestação ao Relatório Preliminar, que foi atendida por meio do Ofício SES/URSDIA-ARAS-SUS/MG nº. 1/2021, de 21/12/2021. Posteriormente, por meio do Ofício OFÍCIO Nº 005/2022/GAB/SMS, de 04/01/2022, foi solicitado novo prazo, o qual foi concedido por meio do Ofício SES/AUDSUS nº. 11/2022, de 11/01/2022. Por meio do OFÍCIO Nº 0094/2022/GAB/SMS, de 18/02/2022, foi solicitado novo prazo, que foi concedido por meio do Ofício SES/AUDSUS nº. 66/2022, de 23/02/2022. Posteriormente, por meio do Ofício SES/AUDSUS nº. 144/2022, de 28/03/2022, foi concedido prazo até 01/09/2022 para que a SMS se manifestasse sobre o relatório preliminar, considerando que esse prazo foi estendido devido a uma solicitação do Hospital Bom Samaritano.

O auditado, por meio de OFÍCIO Nº 005/2022/GAB/SMS, datado de 04/01/2022, apresentou defesa em 1ª Instância, com relação às constatações não conformes registradas no Relatório Preliminar de Auditoria. De forma complementar foi enviado o Ofício Nº 0485/2022/GAB/SMS, de 30/08/2022, apresentando mais alegações sobre as constatações não conformes.

O Sr. G.W.A.S. (pessoa física) apresentou manifestação de defesa em 1ª. Instância, por meio de documento datado de 13/12/2021.

O Sr. E.C.D.J. (pessoa física) solicitou prorrogação de prazo para manifestação por meio do Ofício nº 001/2021, de 30/12/2021, o qual foi concedido, por meio do Ofício SES/AUDSUS nº. 2/2022, de 05/01/2022. Por meio do documento datado de 07/02/2022, o Sr. E.C.D.J. apresentou manifestação em 1ª. Instância.

Os demais agentes responsabilizáveis notificados não apresentaram justificativas.

Todas as manifestações apresentadas foram analisadas pela equipe responsável pela auditoria.

O Relatório Final de Auditoria será encaminhado à pessoa jurídica e às pessoas físicas responsabilizáveis, sendo-lhes assegurado o direito à ampla defesa e contraditório em segunda instância.

IX - CONCLUSÃO

RESULTADO DA DENÚNCIA

Fato: Ausência de controle, avaliação e auditoria por parte da SMS de Governador Valadares da assistência prestada e do faturamento realizado pelo Hospital Bom Samaritano aos usuários do SUS.

Tipo: Gestão - Assistência

Demanda Nº: 82996

Resultado da Denúncia: A equipe de auditoria constatou não conformidades relacionadas ao controle, à avaliação e à auditoria realizados pela SMS de Governador Valadares em relação à assistência prestada e ao faturamento realizado pelo Hospital Bom Samaritano aos usuários do SUS. Constatou que a SMS de Governador Valadares não monitorou e não fiscalizou a execução dos procedimentos



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



hospitalares (cirurgias oncológicas) faturados pelo Hospital Bom Samaritano, por meio de ações de supervisão hospitalar, nos anos de 2018 e 2019 (Constatação nº 600374); que houve autorização de Laudos de AIH referentes a cirurgias oncológicas realizadas no Hospital Bom Samaritano, nos anos de 2018 e 2019, em desacordo com as normas do SUS (Constatação Nº: 600378) e que a Comissão de Acompanhamento e Avaliação da Contratualização, instituída para avaliação do Hospital Bom Samaritano, não se reuniu no período de janeiro de 2018 a dezembro de 2019 (Constatação nº 600380).

Apuração: 24/06/2021.

Procede: Sim

CONCLUSÃO

A auditoria no Sistema Municipal de Saúde de Governador Valadares, tendo como unidades visitadas o Laboratório Examinare, o Instituto de Nefrologia Vale do Rio Doce e o Hospital Bom Samaritano, foi realizada de acordo com o Regulamento do Sistema de Auditoria Assistencial da Secretaria de Estado de Saúde, aprovado pela Resolução SES-MG nº 2.906, de 24/08/2011.

Não foram identificadas não conformidades em duas unidades visitadas, a saber: o Laboratório Examinare e o Instituto de Nefrologia Vale do Rio Doce (considerando o período de abrangência de janeiro de 2018 a dezembro de 2019). Dessa forma, foram emitidos os relatórios finais de auditoria e os mesmos foram encaminhados para as unidades auditadas e seus responsáveis.

Em relação à Secretaria Municipal de Saúde de Governador Valadares e ao Hospital Bom Samaritano foram identificadas não conformidades, as quais foram registradas nos Relatórios Preliminares de Auditoria, que foram enviados às entidades auditadas e aos agentes responsabilizáveis, sendo-lhes assegurado o direito à defesa e contraditório.

Destaca-se que, na SMS de Governador Valadares, foi constatada a realização de ações de controle, avaliação e auditoria da execução dos procedimentos ambulatoriais realizados pelo Hospital Bom Samaritano e pelos serviços terceirizados/vinculados ao nosocômio (Laboratório Examinare e Instituto de Nefrologia Hospital Bom Samaritano), a saber hemodiálise, quimioterapia, radioterapia, tomografia, ressonância magnética e os exames anatomopatológicos. Por outro lado, constatou-se a ausência de ações de monitoramento e fiscalização da execução dos procedimentos hospitalares (cirurgias oncológicas) faturados pelo Hospital Bom Samaritano, por meio de ações de supervisão hospitalar, nos anos de 2018 e 2019, além da autorização de Laudos de AIH referentes a cirurgias oncológicas realizadas no mesmo período, em desacordo com as normas do SUS. Ainda no tocante às ações de controle, avaliação e auditoria de responsabilidade da SMS, constatou-se inatividade da Comissão de Acompanhamento e Avaliação da Contratualização, instituída para avaliação do Hospital Bom Samaritano, no período de janeiro de 2018 a dezembro de 2019.

Nessa auditoria também foi constatada a ocorrência de fiscalização do uso dos recursos financeiros estaduais de incentivo ao Pro-Hosp repassados ao Hospital Bom Samaritano, no período de janeiro de 2018 a dezembro de 2019. Contudo, foi constatada ausência de fiscalização do uso dos recursos financeiros referentes ao Programa Rede Resposta repassados ao Hospital, no mesmo período. Foram identificados atrasos nos repasses de recursos financeiros dos Programas Rede Resposta e Pro-Hosp, pela SMS de Governador Valadares ao Hospital Bom Samaritano, no período auditado.

O processo administrativo dessa auditoria continuará em tramitação, garantindo aos auditados o direito de defesa em segunda instância.

Recomenda-se que a Secretaria Municipal de Saúde mantenha a observância aos preceitos legais, com vistas à garantia da qualidade da atenção prestada aos usuários do SUS atendidos no Município de Governador Valadares.

ENCAMINHAMENTOS

Encaminhamento de Relatório Final de Auditoria nº 617 para conhecimento e manifestação em segunda instância:

1. À Secretaria Municipal de Saúde de Governador Valadares (pessoa jurídica);
2. Ao Sr. E.C.D.J. (pessoa física);
3. Ao Sr. J.E.N. (pessoa física);
4. Ao Sr. R.M.C. (pessoa física);
5. Ao Sr. G.W.A.J. (pessoa física).



Após transcorridas todas as fases do processo administrativo, também será dada ciência dos resultados dessa auditoria:

1. Ao Conselho Municipal de Saúde de Governador Valadares;
2. À Superintendência Regional de Saúde de Governador Valadares;
3. Ao Ministério Público do Estado de Minas Gerais, em razão do disposto no Decreto nº 1.651/1995, Artigo 3º, Inciso III;
4. À Controladoria Geral do Estado de Minas Gerais (demandante da auditoria).





X - FOLHA DE ASSINATURA

Equipe:

Nome

CPF





SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



XI - ANEXOS

Anexo I - Tabela I: Recursos Financeiros de Incentivo ao Programa Rede Resposta

TABELA I

REPASSES DO RECURSO FINANCEIRO DE INCENTIVO ESTADUAL DO PROGRAMA REDE RESPOSTA DA SMS GOVERNADOR VALADARES (Conta Corrente FMS GV REDE RESPOSTA: 108.980-3, agência: 166-X, BB) AO HOSPITAL BOM SAMARITANO NO PERÍODO DE JANEIRO DE 2018 A DEZEMBRO DE 2019

Competência	Data Repasse pelo FES	Data Recebimento pelo FMS GV	Data de Repasse do FMS GV ao Hospital	Número de Nota de Empenho ou Nota de Liquidação e Sub-Empenho	Valor
2018					
Janeiro	14.03.18	14.03.18	21.03.18	Nº 902965 - 747-2	150.000,00
Fevereiro	23.04.18	23.04.18	10.05.18	Nº 905369 - 747-3	150.000,00
Março	11.06.18	11.06.18	14.06.18	Nº 908063 - 747-4	150.000,00
Abril	23.07.18	23.07.18	31.07.18	Nº 911152 - 747-5	150.000,00
Maio	25.07.18	25.07.18	31.07.18	Nº 911153 - 747-6	150.000,00
Junho	11.09.18	11.09.18	19.09.18	Nº 914397 - 9980-1	150.000,00
Julho	11.09.18	11.09.18	19.09.18	Nº 914277 - 747-7	150.000,00
Agosto	15.10.18	15.10.18	22.10.18	Nº 916296 - 9980-2	150.000,00
Setembro	16.11.18	16.11.18	23.11.18	Nº 918094 - 9980-4	150.000,00
Outubro	13.12.18	13.12.18	14.12.18	Nº 918095 - 9980-5	150.000,00
Novembro	18.12.18	18.12.18	20.12.18	Nº 919595 - 9980-6	150.000,00
Dezembro	28.12.18	28.12.18	01.02.19	Nº 900319 - 778-1	112.500,00
	12.03.19	12.03.19	13.03.19	Nº 902264 - 778-3	37.500,00
TOTAL					1.800.000,00
2019					
Janeiro	22.02.19	22.02.19	28.02.19	Nº 901699 - 778-2	37.500,00
	18.03.19	18.03.19	22.03.19	Nº 902973 - 778-4	75.000,00
	09.04.19	09.04.19	23.04.19	Nº 8047 - 778-5	37.500,00
Fevereiro	09.04.19	09.04.19	23.04.19	Nº 8048 - 778-6	60.000,00
	23.04.19	23.04.19	26.04.19	Nº 9888 - 788-8	45.000,00
	23.05.19	23.05.19	31.05.19	Nº 12697 - 778-9	45.000,00



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



Anexo I - Tabela I: Recursos Financeiros de Incentivo ao Programa Rede Resposta

Março	24.05.19 27.06.19	24.05.19 27.06.19	31.05.19 27.06.19	Nº 12698 - 778- 10 Nº 8601 - 778-9	105.000,00 45.000,00
Abril	24.06.19	24.06.19	24.06.19	Nº 15865 - 778-11	105.000,00 (*)
Mai	10.07.19	10.07.19	26.08.19	Nº 22031 - 4349-1	150.000,00
Junho	21.08.19	21.08.19	26.08.19	Nº 22035 - 4349 - 2	150.000,00
Julho	05.09.19	05.09.19	11.09.19	Nº 24540 - 4349 - 3	150.000,00
Agosto	04.10.19	04.10.19	10.10.19	Nº 28642 - 19266-1	150.000,00
Setembro	04.11.19	04.11.19	04.12.19	Nº 234121 - 4349 - 4	150.000,00
Outubro	04.12.19	04.12.19	04.12.19	Nº 34787 - 20.662-1	150.000,00
Novembro	26.12.19	26.12.19	-	-	150.000,00 (**)
Dezembro	03.02.20	03.02.20	-	-	150.000,00 (***)
TOTAL					1.755.000,00

Fonte: Extratos bancários da conta corrente: 108.980-3 FMS Governador Valadares Programa Rede Resposta, agência: 166-X, BB do período de janeiro de 2018 a dezembro de 2019; Notas de Empenho e sub-empenho do ano de 2018: nº: Nº 902965 - 747, Nº 905369 - 747-3, Nº 908063 - 747-4, Nº 911152 - 747-5, Nº 911153 - 747-6, Nº 914397 - 9980-1, Nº 914277 - 747, Nº 916296 - 9980-2, Nº 918094 - 9980-4, Nº 918095 - 9980-5, Nº 919595 - 9980-6, Nº 900319 - 778-1 e Nº 902264 - 778-3. Notas de liquidação e sub-empenho do ano de 2019: Nº 901699 - 778-2, Nº 902973 - 778-4, Nº 8047 - 778-5, Nº 8048 - 778-6, Nº 9888 - 788-8, Nº 12697 - 778-9, Nº 12698 - 778- 10, Nº 8601 - 778-9, Nº 15865 - 778-11, Nº 22031 - 4349-1, Nº 22035 - 4349 - 2, Nº 24540 - 4349 - 3, Nº 28642 - 19266-1, Nº 234121 - 4349 - 4 e Nº 34787 - 20.662-1. Relatório emitido pela área técnica do Setor Financeiro do Programa Rede Resposta do Nível Central da SES-MG encaminhado por e-mail em 03/03/2020.

(*) Conforme o Relatório da Área Técnica emitido pelo Nível Central da SES-MG em 03/03/2020 no mês de março de 2019 apesar do valor acordado de repasse para o Hospital Bom Samaritano fosse R\$ 150.000,00 só foi repassado pelo FES o valor de R\$ 105.000,00. O restante do valor (R\$ 45.000,00) não foi repassado pelo FES no período de abrangência da auditoria, ou seja, janeiro de 2018 a dezembro de 2019.

(**) A competência de novembro de 2019 foi repassada em 26.12.2019, contudo, avaliando o extrato bancário de dezembro de 2019 da conta corrente FMS GV Rede Resposta: 108.980-X, agência : 166-X, BB foi verificado que até o dia 31.12.2019 o valor de R\$ 150.000,00 não havia sido repassado ao hospital.

(***) Não avaliaremos a competência de dezembro de 2019 devido o recurso financeiro ter sido repassado pelo FES em fevereiro de 2020. Período que não faz parte da abrangência desta auditoria.



Anexo II - Tabela II: Recursos Financeiros de Incentivo ao Programa de Fortalecimento Hospitalar

Tabela II

Repasse do Recurso Financeiro de Incentivo Estadual do Programa de Fortalecimento Hospitalar (Pro-Hosp) pela SMS Governador Valadares através da Conta Corrente FMS GV Pro-hosp: 94.826-8, agência: 166-X, BB ao Hospital Bom Samaritano no período de janeiro de 2018 a dezembro de 2019.

2018						
Quadrimestres	Data de Repasse pelo FES	Data do Recebimento pelo FMS de GV	Data de repasse do FMS GV ao Hospital	Número de Nota de Empenho ou de liquidação	Valor	
2ª parcela quadrimestral de 2017	14/05/2018	14/05/2018	23/05/2018	NE nº 906866 sub empenho nº 746-1	325.377,88 (*)	
50% da 3ª parcela quadrimestral de 2017	25/07/2018	25/07/2018	08/08/2018	NE nº 10514 ordinário	162.688,94 (**)	
25% da 3ª parcela quadrimestral de 2017	20/08/2018	20/08/2018	31/08/2018	NE nº 913232 sub empenho nº 11668-1	81.344,47 (**)	
25% da 3ª parcela quadrimestral de 2017	15/10/2018	15/10/2018	24/10/2018	NE nº 916292 sub empenho nº 11668-2	81.344,47 (**)	
25% da 1ª parcela quadrimestral de 2018	15/10/2018	15/10/2018	25/10/2018	NE nº 916704 sub-empenho nº 11668-3	81.344,47 (***)	
TOTAL					732.100,23	
2019						
18,75% da 1ª parcela quadrimestral de 2018	12/03/2019	12/03/2019	12/03/2019	Nota de liquidação nº 228/2019	61.008,29 (***)	



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



Anexo II - Tabela II: Recursos Financeiros de Incentivo ao Programa de Fortalecimento Hospitalar

15,75% da 1ª parcela quadrimestral de 2018	17/05/2019	17/05/2019	17/05/2019	Nota de liquidação nº 12146 – Estimativo nº 1668/2018-1	51.247,03 (***)
17% da 1ª parcela quadrimestral de 2018	17/06/2019	17/06/2019	17/06/2019	Nota de liquidação nº 15861 – Estimativo nº 1668/2018-2	55.314,24 (***)
18,75 % da 1ª parcela quadrimestral de 2019	03/09/2019	03/09/2019	03/09/2019	Nota de liquidação nº 22870 – Estimativo nº 9979/2018-1	61.008,29 (***)
18,75 % da 1ª parcela quadrimestral de 2019	03/09/2019	03/09/2019	03/09/2019	Nota de liquidação nº 22877 – Estimativo nº 9979/2018-2	61.008,29 (***)
18,75 % da 1ª parcela quadrimestral de 2019	11/09/2019	11/09/2019	11/09/2019	Nota de liquidação nº 24549 – Estimativo nº 9979/2018-3	61.008,29 (***)
18,75 % da 1ª parcela quadrimestral de 2019	02/10/2019	02/10/2019	02/10/2019	Nota de liquidação nº 26177 – Estimativo nº 9979/2018-4	61.008,29 (***)
18,75 % da 1ª parcela quadrimestral de 2019	22/10/2019	22/10/2019	22/10/2019	Nota de liquidação nº 28827 – Estimativo nº 9979/2018-5	61.008,29 (***)
12,5 % da 2ª parcela quadrimestral de 2019	03/12/2019	03/12/2019	03/12/2019	Nota de liquidação nº 34784 – Estimativo nº 9979/2018-6	40.672,24 (*****)
6,25 % da 2ª parcela quadrimestral de 2019	09/12/2019	09/12/2019	09/12/2019	Nota de liquidação nº 35785 – Estimativo nº 9979/2018-7	20.336,12 (*****)
TOTAL					533.619,37

Fonte: Extratos bancários da conta corrente: 35.984-X FMS Governador Valadares Programa de Fortalecimento Hospitalar, agência: 2296-9, BB do período de janeiro de 2018 a dezembro de 2019; Notas de Empenho e sub-empenho do ano de 2018: n.º: NE nº 906866 sub empenho nº 746-1, NE nº 10514 ordinário, NE nº 913232 sub empenho nº 11668-1, NE nº 916292 sub empenho nº 11668-2 e NE nº 916704 sub-empenho nº 11668-3. Notas de Liquidação 2019 e estimativo : NL nº 228/2019, NL nº 12146 – Estimativo



Anexo II - Tabela II: Recursos Financeiros de Incentivo ao Programa de Fortalecimento Hospitalar

nº 1668/2018-1, NL nº 15861 – Estimativo nº 1668/2018-2, NL nº 22870 – Estimativo nº 9979/2018-1, NL nº 22877 – Estimativo nº 9979/2018-2, NL nº 24549 – Estimativo nº 9979/2018-3, NL nº 26177 – Estimativo nº 9979/2018-4, NL nº 28827 – Estimativo nº 9979/2018-5, NL nº 34784 – Estimativo nº 9979/2018 e NL nº 35785 – Estimativo nº 9979/2018-7. Relatório emitido pela área técnica do Setor Financeiro do Programa de Fortalecimento Hospitalar (Pro-hosp) do Nível Central da SES-MG encaminhado por e-mail em 04/03/2020.

(*) O valor acordado no Termo de Compromisso nº 315/5737 datado de 01/07/2017 para cada quadrimestre a ser repassado pela SES-MG a SMS Governador Valadares referente ao Programa de Fortalecimento Hospitalar (Pro-hosp) e que tem como beneficiário o Hospital Bom Samaritano é de R\$ 325.377,88. O montante referente ao 2º quadrimestre de 2017 foi repassado pelo FES ao FMS GV no valor acordado no Termo de Compromisso nº 315/5737

(**) O montante referente ao 3º quadrimestre de 2017 foi repassado pelo FES ao FMS GV no valor acordado no Termo de Compromisso nº 315/5737

(***) O montante referente ao 1º quadrimestre de 2018 foi repassado pelo FES ao FMS GV com valor inferior ao acordado no Termo de Compromisso nº 315/5737. Foi repassado apenas 76,49% do valor acordado, ou seja, R\$ 248.914,03. O 2º e 3º quadrimestre de 2018 não foram repassados pelo FES ao FMS GV. No Relatório Técnico elaborado pela Coordenação do Pro-hosp da SES-MG consta pagamento pendente para estes dois quadrimestres.

(****) O montante referente ao 1º quadrimestre de 2019 foi repassado pelo FES ao FMS GV em valor inferior ao acordado no Termo de Compromisso nº 315/5737. Foi repassado apenas 93,74% do valor acordado, ou seja, R\$ 305.041,45.

(*****) O montante referente ao 2º quadrimestre de 2019 até 31.12.2019 foi repassado pelo FES ao FMS GV em valor inferior ao acordado no Termo de Compromisso nº 315/5737. Foi repassado apenas 18,75 % do valor acordado, ou seja, R\$ 61.008,36.